

ÍNDICE DOS ANEXOS

Anexo 1 – Orçamento de Capital

Anexo 2 – Parecer do Conselho Fiscal sobre Demonstrações Financeiras

Anexo 3 – Parecer do Conselho Fiscal sobre a proposta do Conselho de Administração para a AGO

Anexo 4 – Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência

Anexo 5 – Parecer dos Auditores Independentes

Anexo 6 – Conselho de Administração – ICVM 481- Artigo 10

Anexo 7 – Conselho Fiscal – ICVM 481- Artigo 10

ANEXO 1

ORÇAMENTO DE CAPITAL

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA, A SER REALIZADA EM ABRIL DE 2022**

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônima e do artigo 25, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 480, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2022, da proposta de Orçamento de Capital consolidado para o exercício de 2022, em milhares de Reais. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, incluindo o valor de R\$ 348.223 mil da Retenção de lucros do exercício de 2021.

Investimentos planejados para 2022

Sistema elétrico de geração	16.802
Sistema elétrico de transmissão	288.584
Infraestrutura e Outros	947.782
	<hr/>
	1.253.168

Antônio Carlos Velez Braga
Superintendente de Planejamento e Controle Corporativo – PP

ANEXO 2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2021 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 29-03-2022. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2021, como também com base no Relatório do Auditor Independente, sem ressalva, da Ernest & Young Auditores Independentes-EY, emitido em 29-03-2022, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

Gustavo de Oliveira Barbosa

Cláudio Morais Machado

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Fernando Scharlack Marcato

Michele da Silva Gonsales Torres

ANEXO 3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a seguinte proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2022, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2021, no montante de R\$871.434mil, do saldo de realização do custo atribuído de Imobilizado no montante de R\$8.785 mil e ajuste devedor de R\$ 8.988 mil contra Lucros Acumulados referente benefícios pós-emprego: R\$43.572mil sejam destinados para constituição de Reserva Legal; R\$479.436mil sejam destinados ao pagamento de dividendos, da seguinte forma: R\$291.462 mil por meio de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”) declarados em 29 de junho de 2021 e 10 de dezembro de 2021; R\$187.974mil para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; R\$ 348.223mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. Em 2021, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$871.434mil, sendo que o resultado positivo da repactuação do risco hidrológico (GSF) no montante de R\$805.613mil, poderia ser considerado como parcela não realizada do lucro líquido do exercício, em conformidade ao previsto em Lei. A Reserva de Lucros a Realizar continuará com o saldo de R\$222.935 mil, considerando o saldo anterior da reserva e a nova constituição de reserva em 2021 de mesmo valor. O pagamento dos dividendos será realizado até 30-12-2022, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva. Após analisarem atentamente a aludida proposta e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes às matérias, os membros do Conselho Fiscal opinam favoravelmente à sua aprovação por aquela Assembleia.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

Gustavo de Oliveira Barbosa

Cláudio Morais Machado

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Fernando Scharlack Marcato

Michele da Silva Gonsales Torres

ANEXO 4

10.1

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Certamente o ano de 2020 ficará marcado na história pela sua singularidade, onde a sociedade teve que lidar com os efeitos de uma pandemia de impacto mundial, a pandemia da Covid-19, com reflexos significativos no comportamento e vida das pessoas e impactos também relevantes no ambiente econômico e social.

Constituímos, em março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução da pandemia, com efeitos abrangentes, complexos e sistêmicos. Foram tomadas diversas medidas para proteção do caixa, como o contingenciamento de investimentos e despesas, postergação no pagamento de dividendos e renegociação de créditos a receber com os clientes.

Uma de nossas grandes prioridades foi garantir a segurança e saúde dos nossos colaboradores por meio de uma série de ações, entre elas a adoção do home-office para parcela representativa da nossa força de trabalho e protocolos de segurança em conformidade as orientações dos órgãos de saúde para as nossas equipes de campo. Infelizmente, houve colaboradores vítimas da pandemia, que são perdas irreparáveis, motivo de muito pesar e de nossa solidariedade com as respectivas famílias. Continuamos firmes no nosso propósito de que o respeito a vida é um bem inegociável da CEMIG GT.

Nesse ambiente desafiador, a CEMIG GT mais uma vez provou a sua resiliência e sustentabilidade das suas operações também na dimensão financeira.

Mesmo considerando a retração da atividade econômica, com o fechamento e/ou funcionamento parcial do comércio e indústria durante boa parte do ano, encerramos 2020 com lucro de R\$1.056 milhões e um Lajida de R\$2.586 milhões (crescimento de 70,02% em relação a 2019).

Esses resultados e avanços da CEMIG GT foram reconhecidos pelas agências de rating. Em 2020, mesmo considerando os efeitos e incertezas de pandemia, tivemos melhoria das nossas notas de crédito pela Fitch e Moodys e em janeiro de 2021, a Standard & Poors elevou em dois níveis na escala global a nossa nota, de “B” para “BB-”, e de “A+” para “AA+” na escala nacional brasileira, um significativo aumento de 3 (três) níveis.

No negócio de transmissão, tivemos êxito no processo de revisão tarifária, com a homologação dos nossos investimentos e o reconhecimento da CEMIG GT como uma das empresas mais eficientes do setor, na comparação dos nossos custos operacionais com as demais empresas de transmissão.

Em função da retração da atividade industrial e comercial, tivemos um maior impacto da pandemia em nosso negócio de comercialização de energia, com a utilização da flexibilidade nos contratos pelos nossos grandes clientes, o que afetou a rentabilidade nesse negócio. Esses impactos foram temporários e já no quarto trimestre de 2020 observamos a retomada do consumo aos níveis esperados em nosso planejamento.

Somos reconhecidos como uma Companhia sustentável, que se preocupa com o impacto das suas ações no meio ambiente e na sociedade, sendo a CEMIG, nossa controladora, a companhia que mais investe em cultura no Estado. Estamos presentes, por meio da CEMIG, no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual estamos presentes desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros ratings de sustentabilidade nacionais e internacionais, que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

Mesmo ainda convivendo com os efeitos da pandemia, esperamos que já em 2021 o Brasil apresentará sinais de recuperação econômica, o que certamente trará impactos positivos para os nossos negócios.

A administração, o corpo gerencial e a qualificada força de trabalho da Companhia estão comprometidos e motivados para assegurar o progresso e a sustentabilidade das nossas operações, garantindo o retorno adequado aos acionistas e o atendimento das expectativas das demais partes interessadas.

Estamos otimistas em relação ao futuro da CEMIG GT.

Na preparação para este futuro, concluímos a revisão do nosso planejamento estratégico no início de 2021, com o objetivo de “focar para vencer”, com priorização dos negócios regulados de geração e transmissão onde temos o controle, buscando segurança e níveis ótimos de eficiência, por meio de uma gestão moderna e sustentável.

Adicionalmente, iniciamos em 2020 o desenvolvimento de um projeto de cultura organizacional, reforçando e potencializando os nossos valores corporativos e comportamentos esperados, de forma convergente aos nossos princípios éticos, em um ambiente mais harmônico e produtivo.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas pelo esforço convergente de manter o reconhecimento da CEMIG GT como empresa de relevância e destaque no setor elétrico brasileiro.

(b) Estrutura de capital

Os Diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital equilibrada, compreendendo, em 31 de dezembro de 2021, um endividamento bruto de R\$6.029 milhões, sendo 8% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 92% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2020, o endividamento bruto era de R\$8.886 milhões, sendo 9% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 91% representado por dívidas de longo prazo. As alterações verificadas entre os anos de 2020 e 2021 se devem às amortizações ocorridas ao longo do ano e à variação do dólar (líquida do resultado do *hedge*), com impacto direto no *Eurobond*, sem novas contratações. Em 31 de dezembro de 2019, o endividamento bruto era de R\$7.887 milhões, sendo 12% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 88% representado por dívidas de longo prazo. As alterações verificadas entre os anos de 2019 e 2020 se devem às amortizações ocorridas ao longo do ano e à variação do dólar (líquida do resultado do *hedge*). A emissão de *Eurobonds* no final de 2017, complementada com o *Retap*, feito em junho de 2018, transferiu grande parte da dívida para 2024. Em agosto de 2021, a Companhia liquidou uma operação de *Tender Offer* de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão de *Eurobonds*, no montante principal de US\$500 milhões, com vencimento original em 2024 reduzindo assim o montante desta dívida em igual valor. Pode-se dizer que o endividamento da Companhia tem alongamento compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que lhe confere liquidez e flexibilidade operacional.

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem, medida pela relação entre o endividamento e a capitalização. A Companhia define como dívida líquida o somatório das obrigações financeiras de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e de TVM (Títulos e Valores Mobiliários).

Estrutura de capital:

Valores em R\$ milhões

Ano	Dívida Líquida (DL)	Patrimônio Líquido (PL)	PL+DL (Capitalização)	DL/(PL+DL)
2019	7.302	5.348	12.650	57,7%
2020	7.115	5.842	12.957	54,9%
2021	4.768	7.755	12.523	38,1%

Os Diretores da Companhia destacam que as alterações verificadas na Capitalização entre os anos de 2020 e 2021 foram impactadas pelas variações no estoque da dívida e aumento do Patrimônio Líquido, em função, sobretudo, de adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$1.350 milhões, com a finalidade de compor os recursos necessários para implementação do *Cash Tender* para recompra parcial do *Eurobond*. Entre os anos de 2019 e 2020 não houve variações significativas na capitalização da Companhia. A relação dívida líquida / (patrimônio líquido mais dívida líquida) tem se situado em níveis adequados e a variação entre os anos de 2020 e 2021 pode ser justificada, basicamente, pelo pagamento parcial do *Eurobond* e a variação no Patrimônio Líquido, ambos citados neste parágrafo.

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia podem ser obtidas nos itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Valores em R\$ milhões

Ano	Lajida (CVM 527/2012)	Saldo de caixa + TVM	Dívida líquida	Dívida líquida/ Lajida
2019	1.521	585	7.302	4,80
2020	2.586	1.771	7.115	2,75
2021	3.541	1.261	4.768	1,35

Os Diretores destacam que a capacidade de geração de caixa da Companhia, medida pelo Lajida, conforme instrução CVM 527/2012, aumentou 37% em 2021 comparado com 2020 devido ao maior número de eventos não recorrentes com efeito no resultado, com destaque para repactuação do risco hidrológico, que estabeleceu o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017. O aumento de 64% em 2020 comparado com 2019 deve-se ao evento não recorrente relativo à revisão tarifária periódica dos ativos de transmissão. A margem do Lajida passou de 19,45% em 2019 para 35,15% em 2020 e 42,61% em 2021.

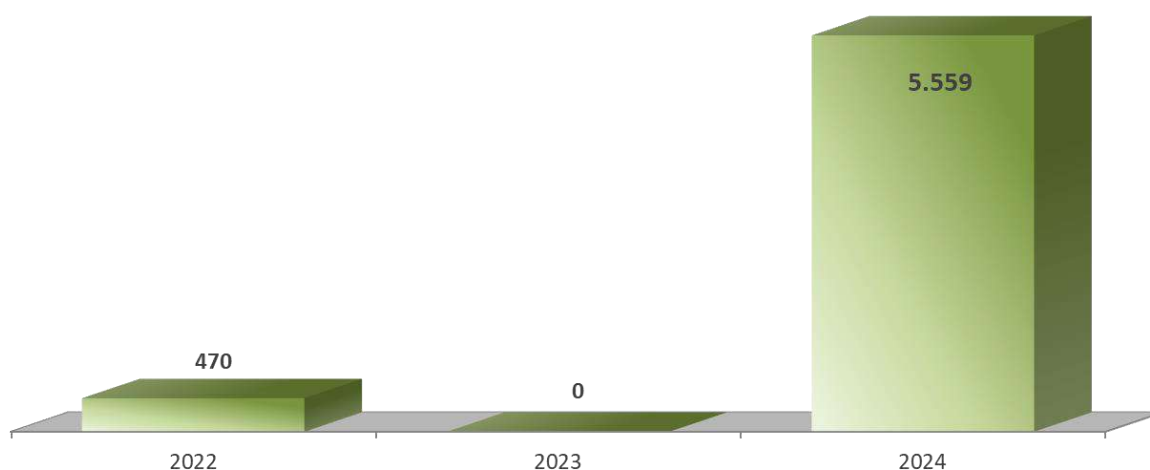
A variação do saldo de Caixa no período compreendido entre os anos de 2020 e 2021 não sofreu alteração significativa, mesmo tendo sido implementado o *Cash Tender* para recompra parcial do *Eurobond*, decorrente da relevante geração de caixa em suas operações. Foi observada também uma forte recuperação no mercado livre e ainda um forte controle de perda e inadimplência. A variação do saldo de Caixa entre 2020 e 2019 é devida a uma geração de caixa operacional maior, compensação dos créditos do PIS/Pasep e

Cofins sobre o ICMS e o recebimento de R\$419 milhões referente a liquidação de operação de swap relacionada aos *Eurobonds* (substituição da dívida de dólar para CDI).

A variação na dívida líquida na comparação de 2020 com 2021 decorreu, principalmente, da relevante geração de caixa em suas operações, como citado acima. Se comparado 2019 com 2020, esta variação se deve ao aumento de caixa e equivalentes compensada parcialmente pela variação cambial (líquida do resultado do *hedge*), o saldo é corrigido pelo dólar. O indicador dívida líquida/ Lajida de 2021 indica que 1,35 ano de geração de caixa operacional (Lajida) seria suficiente para quitar o saldo devedor, menor do que 2020, que indicava 2,75 anos. Em 2019 este mesmo indicador apontava que seriam necessários 4,63 anos. Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

Conforme gráfico abaixo, a dívida total de R\$6.029 milhões possui vencimento nos próximos 3(três) anos, sendo que apenas 7,8% vence nos próximos 2 (dois) anos, configurando um prazo médio de 2,9 anos:

Cronograma de Amortizações da Dívida
Posição em dezembro/2021 (R\$ milhões)



Os Diretores entendem que há plenas condições da Companhia quitar ou refinar sua dívida de curto prazo e de rolar a dívida de longo prazo, uma vez que tem um histórico bem-sucedido de acesso ao mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinar sua dívida.

O passivo circulante da Companhia foi para R\$3.180 milhões em 31 de dezembro de 2021, de R\$3.424 milhões em 31 de dezembro de 2020 e de R\$2.828 milhões em 31 de dezembro de 2019. A alteração ocorrida em 2021 não foi significativa. Em 2020 o aumento está relacionado aos instrumentos financeiros derivativos – relativos às opções de venda (SAAG) no valor de R\$536 milhões que foram transferidas para curto prazo em função da proximidade do vencimento.

Dessa forma, os Diretores consideram que a Companhia tem capacidade de não somente pagar sua dívida, mas também de manter o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas, empregados e garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As operações da Companhia são financiadas por meio da geração de caixa dos negócios, captações no mercado de capitais, mediante emissões de debêntures, e pela contratação de financiamentos de longo prazo.

A seguir são descritas as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas pela Companhia e algumas de suas controladas, nos exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019:

Em 2021, a Companhia não efetuou nenhuma captação de recursos. Houve, entretanto, a liquidação de uma operação de *Tender Offer* de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão de *Eurobonds*, no montante principal de US\$500 milhões, com vencimento original em 2024, reduzindo assim o montante desta dívida.

Em 2020, a Companhia não efetuou nenhuma captação de recursos. Observou-se, ainda, que do início da pandemia até o final do terceiro trimestre de 2020, o mercado de dívida estava bastante seletivo, com *spreads* maiores e volumes ofertados menores, comparativamente às fontes de financiamento antes da pandemia de Covid-19. Tal movimento começou a se reverter no quarto trimestre, contudo, sem representar uma oportunidade efetiva para a Companhia. Diante desse cenário, nenhum movimento de *liability management* foi efetuado, seja para alongamento de prazo, redução do custo da dívida e emissão de títulos mobiliários para eventual equilíbrio de estrutura de capital, ou financiamento de investimentos.

Em 2019 não houve nenhum movimento de *liability management*, seja para alongamento de prazo, redução do custo da dívida e emissão de títulos mobiliários para eventual equilíbrio de estrutura de capital, ou financiamento de investimentos.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Deve-se atentar para o fato que a Companhia é uma subsidiária integral CEMIG, uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, está sujeita às regras de contingenciamento de crédito do setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas limitações impostas pela Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017, que revogou a Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, bem como sua alteração pela Resolução nº 4.964, de 25 de novembro de 2021, emitidas pelo Banco Central do Brasil, cabem à Companhia as seguintes opções de captação:

- Empréstimos bancários, nos limites estabelecidos pelas referidas Resoluções;
- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (*debêntures*, *commercial papers*, *Eurobonds*, quotas de fundos de recebíveis);
- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;

- Financiamentos de órgãos de fomento; e
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros.

Os Diretores entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o seu custo do capital e possibilitando tornar os investimentos da companhia mais atrativos. Por este motivo, é possível para a Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimentos com maior rentabilidade para o acionista.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- Aproveitar as condições favoráveis de mercado. Momentos de alta liquidez nos mercados de dívida, oferecem recursos abundantes e mais baratos e devem ser aproveitados para tornar viável a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- Manter alongado o cronograma de amortização da dívida. Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo.
- Reduzir o custo financeiro. Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ele é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados;
- Otimizar a exposição à moeda estrangeira. Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que contem com uma proteção (hedge), já que a receita da companhia é exclusivamente em moeda local.
- Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de rating e dos credores. Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes, pois definem parâmetros para atestar a sua qualidade de crédito e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de dívida preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhes o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, órgão regulador das atividades da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da transmissão.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Valores em R\$ milhões

Ano	Dívida bruta	Dívida líquida	Prazo médio (anos)	Custo médio (nominal)	Custo médio (real)	Rating Nacional Fitch/S&P/Moody's
2019	7.887	7.302	4,3	7,53%	3,60%	A+/A+/Baa1
2020	8.886	7.115	3,7	4,83%	1,64%	AA-/A+/A1
2021	6.029	4.768	2,9	14,42%	4,07%	AA+/AA+/AA-*

* – Equivalente a Aa3 na metodologia anterior da Moody's, que alterou sua escala em 2021 no âmbito nacional.

As alterações verificadas na Dívida Bruta, na comparação entre os exercícios de 2020 e 2021 decorreram basicamente da variação cambial e da antecipação de US\$ 500 milhões via *Cash Tender*. Na dívida líquida, a variação é decorrente substancialmente da geração de caixa em suas operações e do adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$1.350 milhões. As alterações verificadas na Dívida Bruta e Dívida Líquida, na comparação entre os exercícios de 2019 e 2020 decorreram basicamente da variação cambial, líquida do resultado do *hedge*. A Companhia segue firme no compromisso da manutenção de um nível de endividamento adequado, sempre com vistas ao equilíbrio de sua estrutura de capital, considerando a proporção entre capital próprio e capital de terceiros.

Conforme visto na tabela acima, o custo nominal e o real da dívida da Companhia aumentaram no ano de 2021. Isto é reflexo das condições do mercado e da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros CDI e na taxa de inflação IPCA. O expressivo aumento da taxa CDI impactou diretamente no nosso custo real e o aumento da inflação teve impacto no nosso custo nominal.

Os Diretores da Companhia destacam que as principais agências internacionais de classificação de risco continuaram o seu processo de elevação dos *ratings* da Cemig GT. Em janeiro de 2021, a Standard & Poor's elevou o *rating* da Companhia na escala nacional para AA+ e na escala global para BB-. Em junho de 2021, a Moody's elevou o *rating* da Companhia na escala nacional para AA- e na escala global reafirmou o *rating* em Ba3. Em outubro de 2021, a Fitch elevou o *rating* da Companhia na escala nacional para AA+ e na escala global para BB. Esses resultados alcançados demonstram nossa preocupação com uma contínua melhoria da nossa classificação pelas agências de *rating*, o que resultou na melhor classificação de risco da Companhia e da Cemig Holding na história, pela escala nacional.

Em 31 de dezembro de 2021, os indexadores das dívidas da Companhia eram: dólar (93% do total) e IPCA (7% do total). Vale ressaltar que, para a emissão original de US\$ 1 bilhão em *Eurobonds*, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$ 500 milhões em *Eurobonds*, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. A taxa média equivalente às duas tranches dos *Eurobonds* se encontra, após amortização dos US\$ 500 milhões realizado via *Cash Tender* em 2021, no patamar de 137,24% do CDI.

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia.

Em 31 de dezembro de	2021	2020	2019
----------------------	------	------	------

Endividamento do Patrimônio Líquido (1)	1,50	2,50	2,41
Dívida Líquida / Lajida (2)	1,35	2,75	4,80
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida (3))	38,1%	54,9%	57,7%

Fonte: Companhia

(1) Endividamento do Patrimônio Líquido: total do passivo (circulante e não circulante) / patrimônio líquido

(2) Lajida: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12.

(3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos (caixa e equivalentes de caixa e TVM).

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, estão apresentadas nos itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

i. Contratos de empréstimo e financiamento

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida. Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 (valores expressos em R\$ mil):

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado 2021			Consolidado 2020	Consolidado 2019
				Circulante	Não circulante	Total		
MOEDA ESTRANGEIRA								
<i>Eurobonds</i>	2024	9,25%	USD	42.173	5.580.500	5.622.673	7.853.959	6.091.742
(-) Custos de transação				-	-8.220	-8.220	-15.664	-18.656
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	-13.356	-13.356	-25.314	-30.040
Dívida em moeda estrangeira				42.173	5.558.924	5.601.097	7.812.981	6.043.046
MOEDA NACIONAL								
Consórcio Pipoca	2020	IPCA	R\$				-	185
Caixa Econômica Federal (2)	2021	TJLP + 2,50%	R\$				17.204	60.516
Caixa Econômica Federal (3)	2022	TJLP + 2,50%	R\$				14.086	117.710
Dívida em moeda nacional							31.290	178.411
Total de empréstimos e financiamentos				42.173	5.558.924	5.601.097	7.844.271	6.221.457
Debêntures								
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	428.367	-	428.367	761.520	1.087.989
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	2020	IPCA + 8,07%	R\$	-	-	-	-	17.292
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única	2021	140,00% do CDI	R\$	-	-	-	288.839	578.067
(-) Custos de transação				-4	-	-4	-8.919	-18.022
Total de debêntures				428.363	-	428.363	1.041.440	1.665.326
Total geral				470.536	5.558.924	6.029.460	8.885.711	7.886.783

(1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do *Eurobonds*.

(2) Central Eólica Praias de Parajuru.

(3) Central Eólica Volta do Rio.

Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 (para fins deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes os contratos cujo saldo devedor, em 31 de dezembro de 2021, era superior a R\$50 milhões):

I. Bonds

Em dezembro de 2017, a CEMIG GT emitiu *Eurobonds* no mercado internacional, no montante de US\$1 bilhão, com cupom semestral de 9,25% a.a. A emissão, com prazo de 7 (sete) anos, vencerá em dezembro de 2024, havendo a opção de um pré-pagamento, sem prêmio, a partir do 6º ano da data de emissão. A emissão, que conta com a garantia fidejussória da CEMIG, foi utilizada para amortizar a dívida de curto prazo existente. A emissão contou com um rating “B” atribuído pela *Fitch* e pela *Standard&Poors*. Com o objetivo de se proteger da variação cambial, a CEMIG GT realizou a liquidação financeira da emissão, em 05/12/2017, concomitantemente com a contratação de uma operação de hedge, ao custo de 150,49% da variação do CDI, para o valor total, incluindo os juros, através de uma combinação de Swap dos juros mais *Call Spread* do principal (em que a CEMIG GT admite estar protegida até uma determinada cotação). A Escritura da emissão prevê cláusulas restritivas e eventos de inadimplência, que podem gerar o vencimento antecipado da dívida. No pacote de *covenants* há restrições de investimento, de endividamento, de pagamento de dividendos e de garantias reais, dentre outras, proporcionando, entretanto, uma combinação entre flexibilidade operacional e financeira para o emissor e proteção para os investidores. Os *covenants* foram definidos seguindo o padrão de *covenants* para emissões *High Yield*, os quais deixarão de ser aplicados se e quando a CEMIG GT se tornar “*investment grade*” no conceito de duas agências de rating. Em 18 de julho de 2018, a Companhia realizou a liquidação financeira da reabertura dos *Eurobonds* emitidos originalmente em 05 de dezembro de 2017, no montante de US\$ 500 milhões, correspondente a R\$1,9 bilhão, com cupom semestral de 9,25% a.a., e vencimento de principal em dezembro de 2024. Concomitantemente à liquidação, foi realizada operação de hedge abrangendo todo o período da emissão, através de uma combinação de *Call Spread* do principal, e *Swap* da totalidade dos juros, trocando assim o cupom de 9,25% a.a. por taxa equivalente a 125,52% do CDI. O saldo total devedor em 31 de dezembro de 2021 era de R\$5.601 milhões.

II. Terceira emissão de debêntures simples

Em março de 2012, a Companhia concluiu a terceira emissão pública de debêntures simples por meio da qual foram emitidas 1.350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1 mil na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2012, totalizando R\$1.350 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das 100 notas promissórias comerciais da quarta emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal total de R\$10 milhões por nota, acrescido de juros remuneratórios, e ao reforço do capital de giro da Companhia. O saldo devedor das debêntures, em 31 de dezembro de 2021 era de R\$428 milhões.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os diretores informam que não existem outras relações de longo prazo entre a Companhia e suas controladas e instituições financeiras, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, além daquelas já descritas no item 10.1(f) (i) deste Formulário de Referência.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial da Companhia, há ordem de preferência quanto ao pagamento das obrigações, prevista e resguardada nos termos da Lei 11.101/2005. Determinadas dívidas foram contratadas com garantia real e, portanto, têm preferência sobre outras dívidas da Companhia em caso de falência, até o limite da garantia real constituída.

Praticamente toda a dívida da Companhia conta com garantia corporativa da Cemig e, adicionalmente, não há dívida garantida por recebíveis.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em 2017, a emissão de *bonds* pela Cemig GT previu cláusulas restritivas e eventos de inadimplência, que podem gerar o vencimento antecipado da dívida. No pacote de *covenants* há restrições de investimento, de endividamento, de pagamento de dividendos e de garantias reais, dentre outras, proporcionando, entretanto, uma combinação entre flexibilidade operacional e financeira para o emissor e proteção para os investidores. Os *covenants* foram definidos seguindo o padrão de *covenants* para emissões *High Yield*, os quais deixarão de ser aplicados caso a Cemig GT venha a se tornar “*investment grade*” no conceito de duas agências de *rating*.

Os *covenants* financeiros relacionados à emissão dos *Eurobonds* são os seguintes:

Covenant financeiro de manutenção		
Dívida Líquida / Lajida Ajustado para o Covenant		
Período	CEMIG	CEMIG GT
31-Dez-2017	5,00x	5,50x
30-Jun-2018	5,00x	5,50x
31-Dez-2018	4,25x	5,00x
30-Jun-2019	4,25x	5,00x
31-Dez-2019	3,50x	4,50x
30-Jun-2020	3,50x	4,50x
31-Dez-2020	3,00x	3,00x
30-Jun-2021	3,00x	3,00x
31-Dez-2021 em diante	3,00x	2,50x

Diante de uma eventual ultrapassagem dos *covenants* financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um *covenant* “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao Lajida de 1,75x (2,0x em dez/17) e um *covenant* “de incorrência” de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao Lajida de 1,5x.

Nota: Para fins do disposto nestes *covenants*, os termos terão os seguintes significados: 1) “Dívida Líquida” significa o saldo das contas de empréstimos, financiamentos e debêntures (passivo circulante e não circulante), acrescido de dívidas com a Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz e opções de venda (valor atualizado mensalmente), subtraído do saldo de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (ativo circulante e não circulante), com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas da CEMIG Geração e Transmissão S.A. ou da Companhia, conforme o caso, apresentadas à CVM. 2) “Lajida” significa o lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, e o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007: (a) subtraído de (a.1) equivalência patrimonial (coligadas), (a.2) provisões para opções de venda, (a.3) resultado não operacional, (a.4) reorganização societária e (a.5) efeito contábil da indenização da transmissão; e (b) acrescido de (b.1) efeito caixa da indenização da transmissão e (b.2) dividendos recebidos (coligadas). 3) “Dividendos Recebidos” significa os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos no período em questão.

Há nos contratos financeiros da Companhia cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não tem limites de créditos contratados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

R\$ Milhares	Consolidado				
	2021	AV%	2020	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	123.071	0,64	384.397	1,88	(67,98)
Títulos e valores mobiliários	943.789	4,88	1.132.281	5,54	(16,65)
Consumidores e revendedores	681.255	3,52	910.455	4,45	(25,17)
Concessionários - transporte de energia	113.324	0,59	109.908	0,54	3,11
Tributos compensáveis	31.874	0,16	347.801	1,70	(90,84)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	652.515	3,37	467.700	2,29	39,52
Dividendos a receber	232.098	1,20	117.110	0,57	98,19
Ativo financeiro da concessão	283.233	1,46	258.588	1,26	9,53
Ativos de contrato	592.337	3,06	718.430	3,51	(17,55)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	522.579	2,55	-
Outros	79.924	0,41	134.942	0,66	(40,77)
TOTAL DO CIRCULANTE	3.733.420	19,29	5.104.191	24,95	(26,86)
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	194.110	1,00	254.481	1,24	(23,72)
Consumidores e revendedores	3.393	0,02	6.774	0,03	(49,91)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	10.969	0,05	-
Tributos compensáveis	71.546	0,37	54.760	0,27	30,65
Depósitos vinculados a litígios	161.820	0,84	160.321	0,78	0,93
Instrumentos financeiros derivativos	1.219.176	6,30	2.426.351	11,86	(49,75)
Outros	55.000	0,28	55.084	0,27	(0,15)
Ativo financeiro da concessão	3.325.170	17,18	3.106.812	15,19	7,03
Ativos de contrato	3.684.645	19,04	2.916.272	14,26	26,35
Investimentos	3.330.193	17,21	3.755.799	18,36	(11,33)
Imobilizado	2.417.525	12,49	2.405.681	11,76	0,49
Intangível	1.112.912	5,75	156.486	0,76	611,19
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	41.864	0,22	41.884	0,20	(0,05)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	15.617.354	80,71	15.351.674	75,05	1,73
TOTAL DO ATIVO	19.350.774	100,00	20.455.865	100,00	(5,40)

R\$ Milhares	Consolidado				
	2021	AV%	2020	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	470.536	2,43	764.810	3,74	(38,48)
Fornecedores	383.786	1,98	465.939	2,28	(17,63)
Imposto de renda e contribuição social	157.444	0,81	128.012	0,63	22,99
Impostos, taxas e contribuições	144.387	0,75	165.241	0,81	(12,62)
Encargos regulatórios	111.160	0,57	172.619	0,84	(35,60)
Obrigações pós-emprego	75.257	0,39	66.206	0,32	13,67
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	799.947	4,13	891.998	4,36	(10,32)
Salários e encargos sociais	58.625	0,30	52.106	0,25	12,51
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	6.130	0,03	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - opções de venda (SAAG)	636.292	3,29	536.155	2,62	18,68
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	9.829	0,05	8.702	0,04	12,95
Outras obrigações	326.500	1,69	172.668	0,84	89,09
TOTAL DO CIRCULANTE	3.179.893	16,43	3.424.456	16,74	(7,14)
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.558.924	28,73	8.120.901	39,70	(31,55)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	678.897	3,51	773.560	3,78	(12,24)
Impostos, taxas e contribuições	334.047	1,73	262.745	1,28	27,14
Encargos regulatórios	2.541	0,01	56.953	0,28	(95,54)
Obrigações pós-emprego	1.231.957	6,37	1.391.479	6,80	(11,46)
Provisões	438.043	2,26	418.548	2,05	4,66
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	35.621	0,18	35.841	0,18	(0,61)
Outras obrigações	135.397	0,70	129.211	0,63	4,79
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	8.415.427	43,49	11.189.238	54,70	(24,79)
TOTAL DO PASSIVO	11.595.320	59,92	14.613.694	71,44	(20,65)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	4.123.724	21,31	4.000.000	19,55	3,09
Reservas de lucros	2.464.672	12,74	2.072.877	10,13	18,90
Ajustes de avaliação patrimonial	(182.942)	(0,95)	(230.706)	(1,13)	(20,70)
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.350.000	6,98	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.755.454	40,08	5.842.171	28,56	32,75
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.350.774	100,00	20.455.865	100,00	(5,40)

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2021 em comparação a 2020 são como segue:

Caixa e equivalentes de caixa

- A redução de 67,98% na rubrica de caixa e equivalentes de caixa é oriunda, principalmente, da antecipação, em 2021, do pagamento de US\$500 milhões de títulos de dívida no mercado externo (*Eurobonds*), acrescidos do prêmio sobre o principal.

Tributos compensáveis

- A redução de 90,84% na rubrica de tributos compensáveis do ativo circulante está relacionada, principalmente, à compensação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no montante de R\$310.792 em 2021 (R\$328.750 em 2020).

Instrumentos financeiros derivativos – Operações de Swap

- O valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou variação negativa em 2021, no montante de R\$538 milhões, em comparação

ao reconhecimento de ganho em 2020, no montante de R\$1.753 milhões. Esse resultado de 2021 é decorrente principalmente da apreciação da curva futura de juros. O efeito é uma redução do ativo em contrapartida ao resultado financeiro.

- Adicionalmente, no âmbito da implementação da operação de *Tender Offer*, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados.

Intangível

- Aumento de 611,19% na rubrica de Intangível em 2021 comparado a 2020, associado, principalmente, ao reconhecimento, em 2021, de um ativo intangível decorrente dos efeitos da repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, no montante de R\$1.031.809.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

- A redução de 38,48% nas rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures está associada, principalmente, à liquidação da operação de *Tender Offer* de títulos de dívida no mercado externo (Recompra de *Eurobonds*).

Capital Social e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

A variação no Capital Social se deve ao aumento do capital social da Companhia se deve principalmente, aos seguintes fatores:

- Em 30 de julho de 2021, a Cemig (controladora da Companhia) realizou adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$1.350.000, com a finalidade de compor os recursos necessários para implementação do Cash Tender.
- Em 24 de novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o aumento de seu capital social no montante de R\$123.724, realizado pela Cemig (controladora da Companhia) por meio de aporte do investimento devido na Centroeste, concretizando a reestruturação societária autorizada pelo Conselho de Administração da Cemig em 12 de fevereiro de 2021.

Comparação das demonstrações de resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

R\$ Milhares	Consolidado				
	2021	AV%	2020	AV%	AH%
RECEITA	8.311.112	100,00	7.356.088	100,00	12,98
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA					
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(214.987)	(2,59)	(199.246)	(2,71)	7,90
Energia elétrica comprada para revenda	(4.494.512)	(54,08)	(4.026.190)	(54,73)	11,63
	<u>(4.709.499)</u>	<u>(56,67)</u>	<u>(4.225.436)</u>	<u>(57,44)</u>	<u>11,46</u>
CUSTO					
Pessoal e administradores	(273.787)	(3,29)	(257.605)	(3,50)	6,28
Materiais	(25.722)	(0,31)	(15.326)	(0,21)	67,83
Serviços de terceiros	(142.964)	(1,72)	(121.340)	(1,65)	17,82
Depreciação e amortização	(250.342)	(3,01)	(183.173)	(2,49)	36,67
Provisões operacionais, líquidas	(33.301)	(0,40)	(33.325)	(0,45)	(0,07)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	(183.386)	(2,21)	(146.652)	(1,99)	25,05
Outros custos operacionais	(29.120)	(0,35)	(66.064)	(0,90)	(55,92)
	<u>(938.622)</u>	<u>(11,29)</u>	<u>(823.485)</u>	<u>(11,19)</u>	<u>13,98</u>

CUSTO TOTAL	(5.648.121)	(67,96)	(5.048.921)	(68,64)	11,87
LUCRO BRUTO	2.662.991	32,04	2.307.167	31,36	15,42
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas com vendas	(13.497)	(0,16)	(11.054)	(0,15)	22,10
Despesas gerais e administrativas	(107.367)	(1,29)	(109.480)	(1,49)	(1,93)
Despesas com provisões operacionais	-	-	(258)	-	-
Outras despesas operacionais	(200.800)	(2,42)	(178.446)	(2,43)	12,53
	(321.664)	(3,87)	(299.238)	(4,07)	7,49
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	1.031.809	12,41	-	-	-
Efeito da Revisão Tarifária Periódica, líquidas	214.955	2,59	502.108	6,83	(57,19)
Resultado de equivalência patrimonial	(305.756)	(3,68)	(136.548)	(1,86)	123,92
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	3.282.335	39,49	2.373.489	32,27	38,29
Receitas financeiras	138.033	1,66	1.890.015	25,69	(92,70)
Despesas financeiras	(2.298.743)	(27,66)	(2.783.844)	(37,84)	(17,43)
Resultado antes dos impostos	1.121.625	13,50	1.479.660	20,11	(24,20)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(364.000)	(4,38)	(167.677)	(2,28)	117,08
Imposto de renda e contribuição social diferidos	113.809	1,37	(256.448)	(3,49)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	871.434	10,49	1.055.535	14,35	(17,44)
Lucro por ação ordinária – R\$	0,30	0,00	0,36	0,00	(16,67)

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida

O Lajida da Cemig Geração e Transmissão, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 2,14% em 2021 em comparação a 2020. A margem do Lajida ajustado da Companhia passou de 26,64% para 24,09% nos exercícios analisados.

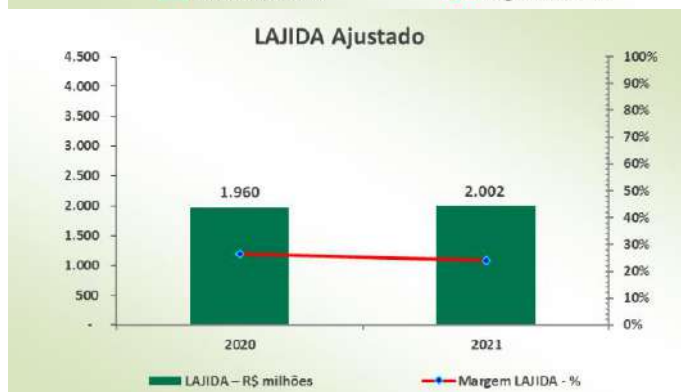
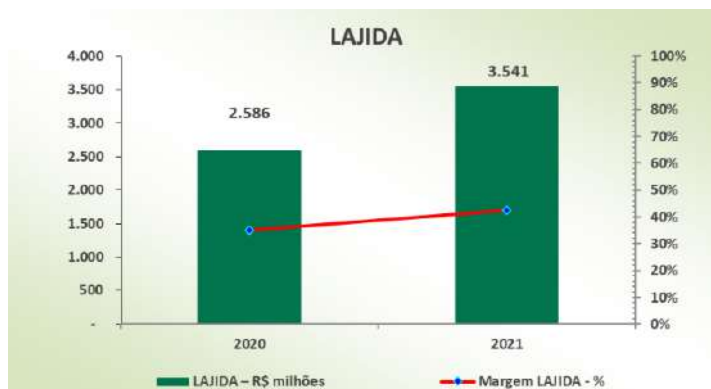
O Lajida, calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012, aumentou 36,93% em 2021, em comparação a 2020 e a margem do Lajida da Companhia passou de 35,15% para 42,61% nos exercícios analisados.

Lajida – R\$ milhões	2021	2020	Var %
Lucro líquido do exercício	871	1.056	(17,52)
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	250	424	(41,04)
+ Resultado financeiro líquido	2.161	894	141,72
+ Depreciação e amortização	259	212	22,17
= Lajida conforme "Instrução CVM 527" (1)	3.541	2.586	36,93
Efeitos não recorrentes e não caixa			
- Repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, líquido (nota 16)	(1.032)	-	-
- Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, investidas (*)	(308)	-	-
- Receita por antecipação de prestação de serviço, líquida (**)	(148)	-	-
- Resultado da RTP, líquido (nota 14) / Uniformização das práticas contábeis (***)	(215)	(621)	(65,38)
+/- Baixa de ativo e impairment	51	(5)	-
+ Ajuste líquido referente à desvalorização em investimentos (nota 14)	204	-	-
- Baixa do saldo da obrigação pós-emprego do seguro de vida (nota 22)	(91)	-	-
= Lajida ajustado (2)	2.002	1.960	2,14

(*) As controladas em conjunto NESA, Aliança Geração e a coligada Madeira reconheceram em, em 2021, os montantes de R\$30 milhões, R\$149 milhões e R\$129 milhões, respectivamente, relacionados à repactuação do risco hidrológico.

(**) O montante refere-se à antecipação de valores pela prestação de serviços da controlada ESCEE para consumidor livre, líquido de PIS/Pasep e Cofins.

(***) O saldo de 2020 é composto pelo montante de R\$429 referente ao efeito da revisão tarifária periódica antes da mudança de prática contábil e R\$192 referente aos ajustes decorrentes da uniformização das práticas contábeis.



- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o LAJIDA calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.

Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$123 milhões, em comparação ao saldo de R\$384 milhões em 31 de dezembro de 2020, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real. As principais razões para essa variação são apresentadas a seguir:

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido consolidado gerado pelas atividades operacionais em 2021 totalizou R\$2.134 milhões em comparação ao caixa líquido consolidado de R\$2.565 milhões gerado pelas atividades operacionais em 2020. Em 2021 destaca-se um maior volume de juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo R\$1.236 milhões em 2021 em comparação a R\$795 milhões em 2020. Além disso, houve o recebimento de R\$1.022 milhões referente à liquidação de operação de swap relacionada aos eurobonds (substituição da dívida de dólar para CDI).

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido gerado pelas atividades de investimento em 2021 totalizou R\$43 milhões em comparação ao caixa líquido de R\$1.151 milhões consumido pelas atividades de investimento em 2020. Essa variação deve-se, basicamente, ao aumento no volume de recursos de aplicações em títulos e valores mobiliários em 2021 (resgate de R\$249 milhões em 2021 e aplicação de R\$1.013 milhões em 2020).

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2021 totalizou R\$2.439 milhões em comparação a R\$1.241 milhões consumidos em 2020. Esse aumento é decorrente, principalmente, da maior amortização de empréstimos em 2021, no montante de R\$3.249 milhões, sendo que em 2020 a amortização de empréstimos foi de R\$807 milhões. Além disso, destaca-se o adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela Cemig (controladora da Companhia), no montante de R\$1.350 milhões.

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

R\$ MILHARES	Consolidado				
	2020	AV%	2019 (Reapresentado)	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	384.397	1,88	211.608	1,16	81,66
Títulos e valores mobiliários	1.132.281	5,54	372.678	2,04	203,82
Consumidores e revendedores	910.455	4,45	1.033.281	5,66	(11,89)
Concessionários - transporte de energia	109.908	0,54	95.815	0,52	14,71
Tributos compensáveis	347.801	1,70	51.182	0,28	579,54
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	467.700	2,29	364.562	2,00	28,29
Dividendos a receber	117.110	0,57	112.043	0,61	4,52
Ativo financeiro da concessão	258.588	1,26	250.565	1,37	3,20
Ativos de contrato	718.430	3,51	576.184	3,16	24,69
Instrumentos financeiros derivativos	522.579	2,55	234.766	1,29	122,60
Outros	134.942	0,66	151.187	0,83	(10,74)
TOTAL DO CIRCULANTE	5.104.191	24,95	3.453.871	18,91	47,78
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	254.481	1,24	916	0,01	27.681,77
Consumidores e revendedores	6.774	0,03	5.942	0,03	14,00
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.969	0,05	5.100	0,03	-
Tributos compensáveis	54.760	0,27	676.051	3,70	(91,90)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	-	3.067	0,02	-
Depósitos vinculados a litígios	160.321	0,78	364.277	1,99	(55,99)
Instrumentos financeiros derivativos	2.426.351	11,86	1.456.178	7,97	66,62
Outros	55.084	0,27	64.472	0,35	(14,56)
Ativo financeiro da concessão	3.106.812	15,19	3.033.853	16,61	2,40
Ativos de contrato	2.916.272	14,26	2.499.374	13,69	16,68
Investimentos	3.755.799	18,36	4.041.565	22,13	(7,07)
Imobilizado	2.405.681	11,76	2.448.487	13,41	(1,75)
Intangível	156.486	0,76	155.587	0,85	0,58
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	41.884	0,20	52.984	0,29	(20,95)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	15.351.674	75,05	14.807.853	81,09	3,67
TOTAL DO ATIVO	20.455.865	100,00	18.261.724	100,00	12,01

R\$ MILHARES	Consolidado				
	2020	AV%	2019 (Reapresentado)	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	764.810	3,74	918.098	5,03	(16,70)
Fornecedores	465.939	2,28	422.312	2,31	10,33
Imposto de renda e contribuição social	128.012	0,63	133.868	0,73	(4,37)
Impostos, taxas e contribuições	165.241	0,81	103.368	0,57	59,86
Encargos regulatórios	172.619	0,84	168.785	0,92	2,27
Obrigações pós-emprego	66.206	0,32	62.550	0,34	5,84
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	891.998	4,36	781.769	4,28	14,10
Salários e encargos sociais	52.106	0,25	51.020	0,28	2,13
Instrumentos financeiros derivativos - opções de venda (SAAG)	536.155	2,62	-	-	-
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	8.702	0,04	16.724	0,09	(47,97)
Outras obrigações	172.668	0,84	169.138	0,93	2,09
TOTAL DO CIRCULANTE	3.424.456	16,74	2.827.632	15,48	21,11
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.120.901	39,70	6.968.685	38,16	16,53
Imposto de renda e contribuição social diferidos	773.560	3,78	512.135	2,80	51,05
Impostos, taxas e contribuições	262.745	1,28	226.237	1,24	16,14
Encargos regulatórios	56.953	0,28	45.298	0,25	25,73
Obrigações pós-emprego	1.391.479	6,80	1.372.337	7,51	1,39
Provisões	418.548	2,05	400.457	2,19	4,52
Instrumentos financeiros derivativos - opções de venda (SAAG)	-	-	482.841	2,64	-
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	35.841	0,18	38.335	0,21	(6,51)
Outras obrigações	129.211	0,63	39.926	0,22	223,63
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	11.189.238	54,70	10.086.251	55,23	10,94
TOTAL DO PASSIVO	14.613.694	71,44	12.913.883	70,72	13,16
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	4.000.000	19,55	2.600.000	14,24	53,85
Reservas de lucros	2.072.877	10,13	2.757.210	15,10	(24,82)
Ajustes de avaliação patrimonial	(230.706)	(1,13)	(221.009)	(1,21)	4,39
Lucros acumulados	-	-	211.640	1,16	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.842.171	28,56	5.347.841	29,28	9,24
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.455.865	100,00	18.261.724	100,00	12,01

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2020 em comparação a 2019 são como segue:

Títulos e valores mobiliários

- Aumento de 271,19% em 2020 comparado a 2019, em função principalmente da limitação dos *covenants* do *Eurobond* para pagamento superior aos dividendos estatutários de 50% e pela compensação de créditos tributários com imposto a pagar, retendo um caixa maior na Companhia.

Instrumentos financeiros derivativos

- Ganho com operação de hedge contratada para proteção dos riscos de variação de moeda estrangeira vinculada ao *Eurobonds*, que alcançou o montante de R\$1.753 milhões, em 2019, em comparação a R\$998 milhões, em 2019. Essa variação decorre, principalmente, da valorização do dólar futuro, que resultou no aumento do valor justo das opções (*call spread*) e da ponta ativa do “swap” dos juros, bem como da redução da curva DI (ponta passiva “swap”). O efeito é um aumento do ativo – Instrumentos financeiros derivativos e da receita financeira.

Capital Social

- A variação no Capital Social se deve ao aumento do capital social da Companhia no montante de R\$1.400.000 mil, para atendimento ao artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76, tendo em vista que em 31 de dezembro de 2019 as reservas de lucros, exceto as reservas de incentivos fiscais, excederam o capital social em R\$113.360 mil aprovado pela Assembleia Geral

Ordinária (“AGO”), realizada em 31 de julho de 2020. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$2.600.000 mil, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, para R\$4.000.000 mil, sendo mantidos o número e características das ações.

Comparação das demonstrações de resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Consolidado				
	2020	AV%	2019 (Reapresentado)	AV%	AH%
RECEITA	7.356.088	100,00	7.820.387	100,00	(5,94)
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA					
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(199.246)	(2,71)	(189.901)	(2,43)	4,92
Energia elétrica comprada para revenda	(4.026.190)	(54,73)	(3.841.262)	(49,12)	4,81
	(4.225.436)	(57,44)	(4.031.163)	(51,55)	4,82
CUSTO					
Pessoal e administradores	(257.605)	(3,50)	(274.004)	(3,50)	(5,98)
Materiais	(15.326)	(0,21)	(20.640)	(0,26)	(25,75)
Serviços de terceiros	(121.340)	(1,65)	(124.494)	(1,59)	(2,53)
Depreciação e amortização	(183.173)	(2,49)	(195.969)	(2,51)	(6,53)
Provisões operacionais, líquidas	(33.325)	(0,45)	(317.406)	(4,06)	(89,50)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	(146.652)	(1,99)	(220.390)	(2,82)	(33,46)
Outros custos operacionais	(66.064)	(0,90)	(46.174)	(0,59)	43,08
	(823.485)	(11,19)	(1.199.077)	(15,33)	(31,32)
CUSTO TOTAL	(5.048.921)	(68,64)	(5.230.240)	(66,88)	(3,47)
LUCRO BRUTO	2.307.167	31,36	2.590.147	33,12	(10,93)
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas com vendas	(11.054)	(0,15)	(38.407)	(0,49)	(71,22)
Despesas gerais e administrativas	(109.480)	(1,49)	(121.683)	(1,56)	(10,03)
Despesas com provisões operacionais	(258)	-	(690.690)	(8,83)	(99,96)
Outras despesas operacionais	(178.446)	(2,43)	(351.772)	(4,50)	(49,27)
	(299.238)	(4,07)	(1.202.552)	(15,38)	(75,12)
Efeito da Revisão Tarifária Periódica, líquidas	502.108	6,83	(82.668)	(1,06)	(707,38)
Resultado de equivalência patrimonial	(136.548)	(1,86)	-	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	2.373.489	32,27	1.304.927	16,69	81,89
Receitas financeiras	1.890.015	25,69	1.383.270	17,69	36,63
Despesas financeiras	(2.783.844)	(37,84)	(1.149.320)	(14,70)	142,22
Resultado antes dos impostos	1.479.660	20,11	1.538.877	19,68	(3,85)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(167.677)	(2,28)	(549.733)	(7,03)	(69,50)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(256.448)	(3,49)	(87.786)	(1,12)	192,13
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.055.535	14,35	901.356	11,53	17,10
Lucro por ação ordinária – R\$	0,36		0,31		

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida

O Lajida da Companhia alcançou o montante de R\$2.586 milhões em 2020, em comparação a R\$1.521 milhões em 2019, representando uma redução de 70,02%:

Lajida – R\$ milhões	2020	2019 (Reapresentado)	Var %
Lucro líquido do exercício	1.056	901	17,20
+ Despesa de IR e Contribuição Social correntes e diferidos	424	638	(33,54)
+/- Resultado financeiro líquido	894	(234)	-
+ Depreciação e amortização	212	216	(1,85)
= Lajida conforme "Instrução CVM 527" (1)	2.586	1.521	70,02
Efeitos não recorrentes e não caixa			
- PIS/Pasep e Cofins s/ ICMS (nota 8a)	-	(414)	-
+ Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Renova (nota 27)	-	688	-
- Resultado da RTP/ Uniformização das práticas contábeis	(621)	(100)	521,00
+ Provisões Tributárias - INSS s/PRL	-	284	-
+/- Baixa de ativo e impairment	(5)	125	-
= Lajida ajustado (2)	1.960	2.104	(6,84)

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.

Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$384 milhões, em comparação ao saldo de R\$211 milhões em 31 de dezembro de 2019, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real. As principais razões para essa variação são apresentadas a seguir:

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido consolidado gerado pelas atividades operacionais em 2020 totalizou R\$2.565 milhões em comparação ao caixa líquido consolidado de R\$743 milhões gerado pelas atividades operacionais em 2019. Em 2020 a Companhia iniciou a compensação dos créditos do PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS com os impostos federais a pagar, o que fez com que ocorresse uma saída menor de caixa para pagamento de impostos na comparação com 2019, sendo R\$144 milhões em 2020 e R\$701 milhões em 2019, ocorrendo ainda o levantamento dos depósitos judiciais em 2020 relacionados ao mesmo assunto no valor de R\$196 milhões. Também merece destaque o recebimento de R\$419 milhões em 2020 referente liquidação de operação de swap relacionada aos *Eurobonds* (substituição da dívida de dólar para CDI).

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimento em 2020 totalizou R\$1.151 milhões em comparação ao caixa líquido de R\$93 milhões gerado pelas atividades de investimento em 2019. Essa variação deve-se, basicamente, ao aumento no volume de recursos transferidos para aplicação em títulos e valores mobiliários em 2020 (aplicação de R\$1.013 milhões e aplicação de R\$190 milhões em 2019), considerando a maior disponibilidade de recursos em 2020.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2020 totalizou R\$1.241 milhões em comparação a R\$926 milhões consumidos em 2019. Esse aumento é decorrente, principalmente, da maior amortização de empréstimos em 2020, no montante de R\$807 milhões, sendo que em 2019 a amortização de empréstimos foi de R\$610 milhões. Além disso, destaca-se o pagamento, em 2020, de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$418 milhões em comparação a R\$296 milhões pagos em 2019.

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

R\$ MILHARES	Consolidado				
	2019	AV%	2018	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	211.608	1,20	301.696	1,78	(29,86)
Títulos e valores mobiliários	372.678	2,11	161.848	0,95	130,26
Consumidores e revendedores	1.033.281	5,85	879.875	5,19	17,43
Concessionários - transporte de energia	95.815	0,54	71.164	0,42	34,64
Tributos compensáveis	51.182	0,29	48.505	0,29	5,52
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	364.562	2,06	159.160	0,94	129,05
Dividendos a receber	112.043	0,63	98.842	0,58	13,36
Ativo financeiro da concessão	439.582	2,49	423.511	2,50	3,79
Ativos de contrato	171.849	0,97	130.951	0,77	31,23
Adiantamento a fornecedores	40.081	0,23	6.785	0,04	490,73
Prêmio repactuação risco hidrológico	17.203	0,10	17.159	0,10	0,26
Instrumentos financeiros derivativos	234.766	1,33	69.643	0,41	237,10
Outros	93.903	0,53	168.167	0,99	(44,16)
TOTAL DO CIRCULANTE	3.238.553	18,34	2.537.306	14,97	27,64
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	916	0,01	21.498	0,13	(95,74)
Consumidores e revendedores	5.942	0,03	5.020	0,03	18,37
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.100	0,03	-	-	-
Tributos compensáveis	676.051	3,83	17.825	0,11	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.067	0,02	3.115	0,02	(1,54)
Depósitos vinculados a litígios	364.277	2,06	374.374	2,21	(2,70)
Valores a receber de partes relacionadas	1.573	0,01	921.288	5,43	(99,83)
Prêmio repactuação risco hidrológico	9.338	0,05	22.981	0,14	(59,37)
Adiantamento a fornecedores	-	-	87.285	0,51	(100,00)
Instrumentos financeiros derivativos	1.456.178	8,24	743.692	4,39	95,80
Outros	53.561	0,30	59.290	0,35	(9,66)
Ativo financeiro da concessão	4.125.488	23,36	4.097.935	24,17	0,67
Ativos de contrato	1.024.385	5,80	998.359	5,89	2,61
Investimentos	4.041.565	22,88	4.205.308	24,81	(3,89)
Imobilizado	2.448.487	13,86	2.659.221	15,69	(7,92)
Intangíveis	155.587	0,88	197.583	1,17	(21,25)
Operações de arrendamento mercantil – direito de uso	52.984	0,30	-	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	14.424.499	81,66	14.414.774	85,03	0,07
TOTAL DO ATIVO	17.663.052	100,00	16.952.080	100,00	4,19

R\$ MILHARES	Consolidado				
	2019	AV%	2018	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	224.102	1,27	44.338	0,26	405,44
Debêntures	693.996	3,93	559.873	3,30	23,96
Fornecedores	422.312	2,39	484.726	2,86	(12,88)
Imposto de renda e contribuição social	133.868	0,76	112.057	0,66	19,46
Impostos, taxas e contribuições	51.248	0,29	57.664	0,34	(11,13)
Encargos regulatórios	168.785	0,96	139.457	0,82	21,03
Obrigações pós-emprego	62.550	0,35	57.052	0,34	9,64
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	781.769	4,43	660.068	3,89	18,44
Salários e encargos sociais	51.020	0,29	62.724	0,37	(18,66)
Adiantamento de clientes	-	-	40.267	0,24	(100,00)
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	16.724	0,09	-	-	-
Outras obrigações	169.138	0,96	74.191	0,44	127,98
TOTAL DO CIRCULANTE	2.775.512	15,71	2.292.417	13,52	21,07
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	5.997.355	33,95	5.919.979	34,92	1,31
Debêntures	971.330	5,50	1.674.722	9,88	(42,00)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	403.108	2,28	461.731	2,72	(12,70)
Impostos, taxas e contribuições	352	0,00	4.445	0,03	(92,08)
Encargos regulatórios	45.298	0,26	59.349	0,35	(23,68)
Obrigações pós-emprego	1.372.337	7,77	1.019.794	6,02	34,57
Provisões	400.457	2,27	98.708	0,58	305,70
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	482.841	2,73	419.148	2,47	15,20
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	38.335	0,22	-	-	-
Outras obrigações	39.926	0,23	21.651	0,13	84,41
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	9.751.339	55,21	9.679.527	57,10	0,74
TOTAL DO PASSIVO	12.526.851	70,92	11.971.944	70,62	4,64
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	2.600.000	14,72	2.600.000	15,34	-
Reservas de lucros	2.757.210	15,61	2.362.614	13,94	16,70
Ajustes de avaliação patrimonial	(221.009)	(1,25)	17.522	0,10	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.136.201	29,08	4.980.136	29,38	3,13
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.663.052	100,00	16.952.080	100,00	4,19

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2019 em comparação a 2018 são como segue:

Instrumentos financeiros derivativos

- Ganho com operação de hedge contratada para proteção dos riscos de variação de moeda estrangeira vinculada ao *Eurobonds*, que alcançou o montante de R\$998 milhões, em 2019, em comparação a R\$893 milhões em 2018. Essa variação decorreu, principalmente, da redução da curva estimada da taxa futura de juros durante a vigência dos contratos, contribuindo para reduzir a ponta passiva (obrigação da Companhia), que é indexada ao Depósito Interfinanceiro (DI), e para o valor presente da marcação a mercado do instrumento financeiro. O aumento no valor justo da opção (*call spread*) também contribuiu para o ganho nas operações de hedge.

Provisões

- Reconhecimento, de provisão de contingência tributária no montante de R\$284 milhões decorrente da reavaliação da probabilidade de perda de possível para provável do processo judicial relacionado às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) pagas a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016.

Comparação das demonstrações de resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

R\$ MILHARES	Consolidado				
	2019	AV%	2018	AV%	AH%
RECEITA	7.723.720	100,00	6.874.237	100,00	12,36
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA					
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(189.901)	(2,46)	(213.698)	(3,11)	(11,14)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.841.262)	(49,73)	(3.853.066)	(56,05)	(0,31)
	(4.031.163)	(52,19)	(4.066.764)	(59,16)	(0,88)
CUSTO					
Pessoal e administradores	(274.004)	(3,55)	(277.183)	(4,03)	(1,15)
Materiais	(20.640)	(0,27)	(42.021)	(0,61)	(50,88)
Serviços de terceiros	(124.494)	(1,61)	(117.081)	(1,70)	6,33
Depreciação e amortização	(195.969)	(2,54)	(143.242)	(2,08)	36,81
Provisões operacionais, líquidas	(317.406)	(4,11)	(14.062)	(0,20)	-
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	(220.390)	(2,85)	(95.712)	(1,39)	130,26
Outros custos operacionais	(46.174)	(0,60)	(23.524)	(0,34)	96,28
	(1.199.077)	(15,52)	(712.825)	(10,37)	68,21
CUSTO TOTAL	(5.230.240)	(67,72)	(4.779.589)	(69,53)	9,43
LUCRO BRUTO	2.493.480	32,28	2.094.648	30,47	19,04
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas com vendas	(38.407)	(0,50)	4.628	0,07	-
Despesas gerais e administrativas	(121.683)	(1,58)	(109.480)	(1,59)	11,15
Despesas com provisões operacionais	(690.690)	(8,94)	(453)	(0,01)	-
Outras despesas operacionais	(355.530)	(4,60)	(236.926)	(3,45)	50,06
	(1.206.310)	(15,62)	(342.231)	(4,98)	252,48
Resultado de equivalência patrimonial	(82.668)	(1,07)	(352.389)	(5,13)	(76,54)
Remensuração de participação anterior de adquiridas	-	-	79.693	1,16	-
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	-	-	(127.427)	(1,85)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	1.204.502	15,59	1.352.294	19,67	(10,93)
Receitas financeiras	1.383.270	17,91	1.163.788	16,93	18,86
Despesas financeiras	(1.149.320)	(14,88)	(1.540.234)	(22,41)	(25,38)
Resultado antes dos impostos	1.438.452	18,62	975.848	14,20	47,41

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia alcançou o montante de R\$1.420 milhões em 2019, em comparação a R\$1.501 milhões em 2018, representando uma redução de 5,40%:

Lajida - R\$ milhões	2019	2018	Var %
Lucro líquido do exercício	835	591	41,29
+ Despesa de IR e contribuição social correntes e diferidos	603	385	56,62
+/- Resultado financeiro líquido	(234)	376	-
+ Depreciação e amortização	216	149	44,97
= Lajida	1.420	1.501	(5,40)

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.

Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$211 milhões, em comparação a R\$302 milhões em 31 de dezembro de 2018, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real. As principais razões para essa variação são apresentadas a seguir:

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido consolidado gerado pelas atividades operacionais em 2019 totalizou R\$743 milhões em comparação ao caixa líquido consolidado de R\$1.671 milhões gerado pelas atividades operacionais em 2018. Essa redução decorre, principalmente, do fato de o caixa de 2018 ter sido significativamente afetado pelo recebimento da indenização dos ativos não amortizados ou não depreciados, relativos aos Projetos Básicos das Usinas São Simão e Miranda, no montante de R\$1.140 milhões.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido gerado pelas atividades de investimento em 2019 totalizou R\$93 milhões em comparação ao caixa líquido de R\$626 milhões consumido pelas atividades de investimento em 2018. Essa variação deve-se, basicamente, ao recebimento do mútuo com a CEMIG (controladora da CEMIG GT), no montante de R\$400 milhões, sendo que no ano anterior ocorreu, no sentido inverso, a saída de recursos para provimento à CEMIG no montante de R\$391 milhões. Adicionalmente, ocorreram em 2018 investimentos em controladas no montante de R\$657 milhões em comparação a R\$44 milhões em 2019.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2019 totalizou R\$926 milhões em comparação a R\$1.146 milhões consumidos em 2018. Essa redução é decorrente, principalmente, da menor amortização de empréstimos em 2019, no montante de R\$610 milhões, sendo que em 2018 a amortização de empréstimos, líquida de captações, de R\$932 milhões.

10.2

Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da CEMIG GT foi de R\$8.311 milhões em 2021 em comparação a R\$7.356 milhões em 2020, um aumento de 12,98%. Essa variação decorre, essencialmente, do aumento da receita de transmissão e das receitas de transações com energia na CCEE.

A composição da Receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

Em milhares	2021	2020	Var %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	7.670.542	7.337.485	4,54
Receita de transmissão			
Receita de operação e manutenção	612.898	511.366	19,86
Receita de construção	251.973	201.451	25,08
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	630.900	411.968	53,14
Receita de atualização da bonificação pela outorga	523.105	347.057	50,73
Transações com energia na CCEE	339.739	153.762	120,95
Receita por antecipação de prestação de serviço	153.970	-	-
Outras receitas operacionais	91.237	140.271	(34,96)
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(1.963.252)	(1.747.272)	12,36
	8.311.112	7.356.088	12,98

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$180 milhões em 2021, comparada a R\$158 milhões em 2020, representando um crescimento de 13,92%, decorrente, principalmente do aumento de 24,39% nas despesas com manutenção e conservação de instalações e equipamentos, sendo de R\$51 milhões em 2021 em comparação a R\$41 milhões em 2020.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional de 2021 foi uma recuperação de despesa no montante de R\$0,4 milhões, em comparação a uma despesa de R\$94 milhões em 2020. Essa variação se deve às alterações realizadas pela Companhia no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados. A Companhia entende que cancelou, totalmente, o benefício pós-emprego e, dessa forma, realizou a baixa do saldo da obrigação em contrapartida ao resultado (mais detalhes na nota explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras).

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$183 milhões em 2021, em comparação a R\$147 milhões em 2020, um aumento de 24,49%, em razão, principalmente, do aumento da carteira de projetos de investimentos em transmissão, destacando-se a reconstrução e reinício de obras que tiveram os contratos de prestação de serviços suspensos ao longo de 2020.

Provisões operacionais

As provisões operacionais resultaram em uma despesa de R\$147 milhões em 2021 em comparação a uma despesa de R\$98 milhões em 2020, um aumento de 50%. Essa variação é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Aumento de 88,68% nas provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R\$100 milhões em 2021, em comparação à constituição de R\$53 milhões em 2020, em função, principalmente, dos efeitos negativos sobre o valor justo da MESA da sentença desfavorável proferida nos processos arbitrais que envolvem a SAE. Mais informações sobre a metodologia de cálculo das opções na nota explicativa nº 29 das Demonstrações Financeiras; e
- Aumento de 18,18% na perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) constituída em 2021, no valor de R\$13 milhões em comparação à constituição de R\$11 milhões em 2020, em função, principalmente, da entrada em recuperação judicial de cliente do mercado livre.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 26c das Demonstrações Financeiras.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial no montante de R\$306 milhões em 2021 em comparação a perdas líquidas no montante de R\$137 milhões em 2020. Esta variação está associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- Aumento de 186% das perdas com a investida Santo Antônio Energia, que apresentou resultado negativo com equivalência patrimonial no montante de R\$528 milhões em 2021 em comparação ao resultado negativo de R\$184 milhões em 2020. Essa variação está associada, principalmente, ao reconhecimento dos efeitos das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a SAE é parte, parcialmente compensados pelo efeito positivo relacionado ao registro de ativos fiscais diferidos. Mais detalhes na nota explicativa nº 14; e
- Redução de 46,60% das perdas com as investidas Amazônia Energia e Aliança Norte (acionistas da Norte Energia S.A. – “NESA”) (R\$55 milhões em 2021 e R\$103 milhões em 2020) e aumento de 124,72% no resultado com equivalência patrimonial apurado para a investida Aliança Geração (R\$200 milhões em 2021 e R\$89 milhões em 2020). A melhora no resultado dessas investidas decorre, essencialmente do reconhecimento dos efeitos da repactuação do risco hidrológico (GSF);

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	2021			2020		
	MWh ²	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹	MWh ²	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹
Industrial	14.666.251	3.932	268,10	10.958.355	2.944	268,66
Comercial	4.190.978	901	214,99	4.187.321	905	216,11
Rural	30.986	9	290,45	16.814	5	297,37
Subtotal	18.888.215	4.842	256,35	15.162.490	3.854	254,15
Fornec. não faturado, líquido	-	60	-	-	(5)	-
	18.888.215	4.902	259,72	15.162.490	3.849	249,68
Suprim. outras concessionárias (3)	10.954.947	2.909	265,54	14.037.374	3.437	244,85
Suprim. não faturado líquido	-	(140)	-	-	51	-
	29.843.162	7.671	257,04	29.199.864	7.337	251,27

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Informações, em MWh, não examinadas pelos auditores independentes.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$7.671 milhões em 2021 em comparação a R\$7.337 milhões em 2020, um aumento de 4,55%, associado, principalmente, aos seguintes fatores:

- Aumento de 24,57% no consumo pelos clientes livres da classe industrial, comercial e rural, associado, principalmente, à efetivação de novos contratos de venda de energia com início de fornecimento em janeiro de 2021 e ao aumento do consumo após a flexibilização das atividades durante a pandemia; e
- Referido aumento foi parcialmente compensado pela redução de 21,93% na venda para comercializadores e geradores de energia, devido a um maior volume de vendas de curto prazo nos primeiros meses de 2020, com objetivo de resgatar parte do crédito que a Companhia possui na CCEE e também variação do volume contratado.

Receita de concessão da transmissão

A receita de transmissão da Companhia e da Centroeste é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão. Os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes e licitadas, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do índice de inflação previsto no contrato, sendo eles IPCA e IGP-M. A partir de então, todos os reforços e melhorias que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- A receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$613 milhões em 2021, comparados a R\$511 milhões em 2020, um aumento de 19,96%, associado, principalmente, ao reajuste anual, conforme previsto nos contratos de concessão;
- As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$252 milhões em 2021, comparados a R\$201 milhões em 2020, um aumento de 25,37%, em razão, principalmente, do aumento na realização da carteira de projetos de investimento em transmissão e retomada das obras que tiveram os contratos de prestação de serviços suspensos em 2020, em linha com o aumento do custo de construção correspondente; e
- Aumento de 53,16% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foi de R\$631 milhões e R\$412 milhões em 2021 e 2020, respectivamente. Esse crescimento está associado, principalmente, à variação do IPCA, que foi de 10,06% em 2021 comparada a 4,52% em 2020, base para a remuneração do contrato 006/97. Além disso, destaca-se o reconhecimento dos efeitos da ReH nº 2.852/2021 que definiu o componente financeiro para o contrato 006/97. O saldo devedor desse componente foi recalculado incluindo a remuneração do custo de capital à taxa do custo de capital próprio, em substituição à taxa do custo médio ponderado de capital regulatório, para o período de junho de 2017 a junho de 2020, e os novos valores do componente para os ciclos de 2020-2021 a 2025-2026, considerando o “reperfilamento” dos pagamentos, nos termos da Resolução.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$340 milhões em 2021 em comparação a R\$154 milhões em 2020, representando um aumento de 120,78%. Esse aumento deve-se, principalmente, à sobra de energia em 2021, em comparação às posições de 2020, em decorrência de vendas bilaterais de curto prazo que provocaram a exposição da companhia na CCEE em diversos meses de 2020 e à efetivação de novas compras no ano de 2021.

Adicionalmente, ocorreu um aumento de 57,99% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD) do Sudeste/Centro-Oeste, apresentando valor médio de R\$279,61/MWh em 2021 comparado a R\$176,98/MWh em 2020, em função do cenário de escassez hídrica.

Receita por antecipação de prestação de serviços

Receita no montante de R\$154 milhões decorrente da negociação com consumidor livre que resultou na antecipação de receita referente à prestação de serviços de comercialização pela controlada ESCEE, em junho de 2021.

- (c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$4.495 milhões em 2021, comparado a R\$4.026 milhões em 2020, representando um aumento de 11,65%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 18,78% nos custos com energia adquirida no ambiente livre, sendo de R\$4.724 milhões em 2021, em comparação a R\$3.977 milhões em 2020, associado, principalmente à efetivação de novos contratos de compra para mitigação de risco de exposição e recomposição de lastro de energia incentivada; e
- referido aumento foi parcialmente compensado pela redução de 50,57% das despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$218 milhões em 2021, em comparação a R\$441 milhões em 2020. Essa redução deve-se, principalmente, à sobra de energia em 2021, quando comparada às posições de 2020. Em 2020, foram realizadas vendas bilaterais de curto prazo que aumentaram a exposição da companhia na CCEE em diversos meses.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$2.161 milhões em 2021 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$894 milhões em 2020. Essa variação está associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- variação positiva do dólar em 2021, de 7,39%, em comparação à variação positiva de 28,93% em 2020, gerando o registro de despesas no montante de R\$354 milhões e R\$1.749 milhões em 2021 e 2020, respectivamente;
- o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds, apresentou variação negativa em 2021, no montante de R\$538 milhões, em comparação ao reconhecimento de ganho em 2020, no montante de R\$1.753 milhões. Esse resultado de 2021 é decorrente principalmente da apreciação da curva futura de juros; e
- reconhecimento do ágio na recompra de títulos de dívida no montante de R\$491 milhões como resultado da recompra parcial dos Eurobonds – *Tender Offer*. Mais informações na nota explicativa nº 20.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 27 das Demonstrações Financeiras.

Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (reapresentado)

(d) Resultados das operações do emissor, em especial:

iii. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da CEMIG GT foi de R\$ 7.356 milhões em 2020 em comparação a R\$ 7.820 milhões em 2019, uma redução de 5,94%. Essa variação decorreu, essencialmente, da receita maior com transações no mercado de curto prazo – CCEE e da receita com recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins em 2019.

A composição da Receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

Em milhares	2020	2019 (Reapresentado)	Variação %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	7.337.485	7.037.448	4,26
Receita de transmissão			
Receita de operação e manutenção	511.366	550.289	(7,07)
Receita de construção	201.451	311.759	(35,38)
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	411.968	327.995	25,60
Receita de atualização da bonificação pela outorga	347.057	318.267	9,05
Transações com energia na CCEE	153.762	438.555	(64,94)
Ressarcimentos contratuais (1)	-	64.640	-
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	413.616	-
Outras receitas operacionais	140.271	182.038	(22,94)
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(1.747.272)	(1.824.220)	(4,22)
	7.356.088	7.820.387	(5,94)

(1) Ressarcimento pela suspensão de fornecimentos de energia - Renova.

iv. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$ 307 milhões em 2020 comparada a R\$ 322 milhões em 2019, representando uma redução de 4,66%. A variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- redução de 5,33% no número médio de empregados, sendo 1.276 em 2020 em comparação a 1.307 em 2019; e
- reajuste salarial de 2,55% a partir de novembro de 2019, em função de Acordo Coletivo, em comparação ao reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2018, também em função de Acordo Coletivo.

Participação dos empregados no resultado

O montante de despesa relacionada à participação dos empregados no resultado foi de R\$ 36 milhões em 2020 em comparação a R\$ 63 milhões em 2019. Esta variação decorre basicamente da alteração nos critérios para cálculo da participação nos períodos em comparação, conforme disposto nos acordos coletivos relativo ao Programa de Participações nos Lucros e Resultados da CEMIG de 2019 e 2020.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$ 94 milhões em 2020 em comparação a uma despesa de R\$ 88 milhões em 2019, representando um aumento de 6,82%. O aumento deve-se, principalmente, à redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial de 2019, que gerou o crescimento dos custos projetados para 2020, impactando nas despesas do ano corrente.

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$ 147 milhões em 2020 em comparação a R\$ 220 milhões em 2019, uma redução de 33,18%. Essa variação decorre do menor volume de investimentos em 2020, em comparação a 2019.

Provisões operacionais

As provisões operacionais resultaram em uma despesa de R\$ 98 milhões em 2020 comparadas a R\$ 1.110 milhões em 2019, uma redução de 91,17%. Essa variação é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- O principal efeito decorre do reconhecimento, em junho de 2019, de provisão decorrente de valores a receber da Renova no montante de R\$ 688 milhões, resultado de uma avaliação de risco de crédito desta investida feita pela Companhia;
- reconhecimento, no terceiro trimestre de 2019, de provisão de contingência tributária no montante de R\$ 284 milhões decorrente da reavaliação da probabilidade de perda de possível para provável do processo judicial relacionado às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PRL) pagas a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016; e
- menor constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) em 2020, no valor de R\$ 11 milhões em comparação à constituição de R\$ 38 milhões em 2019, em função, principalmente, da redução da inadimplência em 2020 ocasionada pela boa aceitação dos clientes no que se refere às regras de negociação aprovadas pela Companhia para enfrentamento dos impactos da pandemia de Covid-19.

Para mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais verificar a nota explicativa nº 26c das demonstrações financeiras.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$ 137 milhões em 2020 em comparação ao reconhecimento de perdas líquidas no montante de R\$ 83 milhões em 2019. Esta variação se deve, principalmente, aos seguintes fatores:

- Reconhecimento de perdas com as investidas Amazônia Energia e Aliança Norte (acionistas da Norte Energia S.A. – “NESA”), que apresentaram resultado negativo com equivalência patrimonial no montante de R\$ 103 milhões em 2020, em comparação ao resultado positivo de R\$ 22 milhões em 2019;
- Maiores perdas com a investida Santo Antônio Energia, que apresentou resultado negativo com equivalência patrimonial no montante de R\$ 185 milhões em 2020, em comparação ao resultado negativo de R\$ 189 milhões em 2019, uma melhora de 2,18%.
- Maiores ganhos com a investida Aliança Geração, que apresentou resultado positivo com equivalência patrimonial no montante de R\$ 89 milhões em 2020, em comparação ao resultado positivo de R\$ 78 milhões em 2019, um aumento de 14,66%, compensando parcialmente os efeitos negativos das perdas com equivalência patrimonial de MESA e NESA.

Para mais informações sobre a composição do resultado de equivalência patrimonial, verificar a nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras.

(e) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	2020			2019		
	MWh ²	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹	MWh ²	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹
Industrial	10.958.355	2.944	268,66	12.489.908	3.182	254,77
Comercial	4.187.321	905	216,11	4.121.020	891	216,21
Rural	16.814	5	272,21	3.038	1	329,16
Subtotal	15.162.490	3.854	254,15	16.613.966	4.074	245,22
Fornec. não faturado, líquido	-	(4)	-	-	16	-
	15.162.490	3.849	249,68	16.613.966	4.090	247,31
Suprim. outras concessionárias	14.037.374	3.437	244,85	12.050.102	3.015	250,21
Suprim. não faturado líquido	-	51	-	-	(67)	-
	29.199.864	7.337	-	28.664.068	7.038	-

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Informações, em MWh, não auditadas pelos auditores independentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$ 7.337 milhões em 2020 em comparação a R\$ 7.038 milhões em 2019, representando um acréscimo de 4,25%, associado principalmente, aos seguintes fatores:

- aumento de 20,35% na venda para comercializadoras e geradores de energia, que atingiu o montante de 11.808.227 MWh em 2020, comparado a 9.811.854 MWh em 2019, devido a um maior volume de vendas de curto prazo nos primeiros meses de 2020, com objetivo de resgatar parte do crédito que a Companhia possui na CCEE;
- referido aumento foi parcialmente compensado pela redução de 12,26% no consumo dos clientes livres das classes industrial, associada, principalmente, ao menor consumo de energia devido a pandemia de Covid-19.

Receita de concessão da transmissão

A receita de transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão. Os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes e licitadas, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do índice de inflação previsto no contrato, sendo eles IPCA e IGP-M. A partir de então, todos os reforços e melhorias que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

Essa receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$ 511 milhões no exercício de 2020, comparados a R\$ 550 milhões em 2019 (reapresentado), uma redução de 7,09%. As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$ 201 milhões em 2020, comparados a R\$ 312 milhões em 2019 (reapresentado), uma redução de 35,58%, em razão, principalmente, da redução de investimentos em transmissão em 2020, diante da redefinição dos investimentos em melhorias de pequeno porte, devido às alterações regulatórias e a suspensão de contratos com fornecedores de obras de reforços.

Por outro lado, houve aumento de 25,61% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foi de R\$ 412 milhões e R\$ 328 milhões (reapresentado) em 2020 e 2019, respectivamente, em razão, principalmente, do aumento da base de remuneração dos ativos vinculados ao contrato 006/1997, a partir da revisão tarifária periódica - RTP homologada pela Aneel em 30 de junho de 2020.

A revisão tarifária realizada em junho de 2020, para o contrato 006/1997, resultou no reconhecimento de receita de R\$ 529 milhões, sendo R\$ 322 milhões para os ativos de RBNI e R\$ 207 milhões para os ativos da RBSE, correspondentes à prorrogação das concessões, amparada na Lei 12.783/13, que foram incluídos na base de remuneração regulatória. Em dezembro de 2020, o contrato 079/2020 também foi submetido à revisão periódica tarifária, que resultou no reconhecimento de receita de R\$ 23 milhões (R\$ 22 líquidos de PIS/Pasep e Cofins). As receitas resultantes das revisões tarifárias periódicas representam, principalmente, a variação da taxa de remuneração regulatória para a atividade de transmissão e a remensuração ao Valor Novo de Reposição – VNR da base de remuneração regulatória - BRR.

Adicionalmente, essas receitas foram impactadas pelo reajuste da RAP anual, ocorrido em julho de 2020, e que contempla os efeitos da inflação e das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$ 154 milhões em 2020 em comparação a R\$ 439 milhões em 2019, representando uma redução de 64,92%. Essa redução se deve, principalmente, à redução do GSF com a piora nas condições hidrológicas em 2020 e uma redução de 22,07% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD), apresentando valor médio de R\$ 176,98/MWh em 2020 comparado a R\$ 227,10/MWh em 2019.

Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

No segundo trimestre de 2019, foram reconhecidos os créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, no montante de R\$ 414 milhões, resultantes do reconhecimento do direito da Companhia e suas controladas de excluir este imposto da base de cálculo dessas contribuições, com efeitos desde julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 9a das demonstrações financeiras.

(f) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$ 4.026 milhões em 2020, comparado a R\$ 3.841 milhões em 2019, representando um aumento de 4,82%.

Essa variação decorre, principalmente, do aumento das despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$ 441 milhões em 2020, comparado a R\$ 113 milhões em 2019. Esse aumento deve-se, principalmente, às posições deficitárias na CCEE assumidas pela Companhia no início de 2020, em razão da menor alocação de energia própria e GSF inferiores, além do aumento das vendas bilaterais de curto prazo. Também ocorreram déficits no final de 2020, ocasionados, principalmente, pela redução do GSF com a piora nas condições hidrológicas do sistema.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$ 894 milhões em 2020 em comparação a uma receita financeira líquida de R\$ 234 milhões em 2019, associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- Efeito líquido positivo do resultado da dívida em moeda estrangeira (*Eurobonds*) e instrumento de hedge correspondente, que representou uma receita líquida de R\$ 4 milhões, em comparação R\$ 764 milhões em 2019, decorrente, principalmente, de:
 - Elevação da variação cambial vinculada aos empréstimos em moeda estrangeira, que representou uma despesa financeira de R\$ 1.749 milhões em 2020, em comparação a uma despesa financeira de R\$ 234 milhões em 2019. Esse aumento decorre principalmente, da valorização do dólar em 2020, gerando uma variação cambial acumulada de 29%, em comparação a 4% em 2019, com impacto negativo sobre o principal da dívida em moeda estrangeira (*Eurobonds*); e
 - Elevação dos ganhos com operação de hedge contratada para proteção dos riscos de variação da moeda estrangeira vinculada ao *Eurobonds*, que foi de R\$ 1.753 milhões em 2020, em comparação a R\$ 998 milhões em 2019. Essa variação decorre, principalmente, da valorização do dólar futuro, que resultou no aumento do valor justo das opções (call spread) e da ponta ativa do “swap” dos juros, bem como da redução da curva DI (ponta passiva “swap”);
- Crescimento de 28% em 2020 em relação a 2019 dos juros sobre o empréstimo em moeda estrangeira, sendo de R\$ 850 milhões e R\$ 664 milhões, respectivamente, refletindo a variação cambial positiva de 29% no dólar durante o exercício (R\$ 4,03 em 2019 e R\$ 5,19 em 2020);
- Adicionalmente, o resultado financeiro líquido de 2019 foi afetado positivamente pelo reconhecimento de receita financeira no montante de R\$ 240 milhões, decorrente da atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS.

Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 (originalmente apresentado) e 2018

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da CEMIG GT foi de R\$ 7.724 milhões em 2019 em comparação a R\$ 6.874 milhões em 2018, um aumento de 12,37%. Essa variação decorreu, essencialmente, do aumento da receita com fornecimento bruto de energia elétrica, da receita maior com transações no mercado de curto prazo – CCEE e da receita com recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins.

A composição da Receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018	Variação
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	7.037.448	6.858.482	2,61%
Receita de concessão da transmissão – com impostos	702.766	589.055	19,30%
Receita de atualização da bonificação pela outorga	318.267	321.425	-0,98%
Receita de construção	220.390	95.712	130,26%
Transações com energia na CCEE	438.555	185.469	136,46%
Receita de indenização da transmissão	155.013	250.375	-38,09%
Receita de indenização da geração	-	55.332	-
Ressarcimentos contratuais	64.640	60.341	7,12%
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins	413.616	-	-
Outras receitas operacionais	182.038	68.036	167,56%
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(1.809.013)	(1.609.990)	12,36%
	7.723.720	6.874.237	12,36%

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$ 322 milhões em 2019 comparada a R\$ 332 milhões em 2018, representando uma redução de 3,01%. Essa variação é decorrente, principalmente, de menor custo com programas de desligamento voluntário, sendo R\$ 6 milhões em 2019 em comparação a R\$ 18 milhões em 2018.

Participação dos empregados no resultado

O montante de despesa relacionada à participação dos empregados no resultado foi de R\$ 63 milhões em 2019 comparado a R\$ 17 milhões em 2018. Esta variação decorre do crescimento do resultado consolidado da CEMIG, controladora da Companhia, base de cálculo para o pagamento de participação, tendo em vista que os acordos coletivos da CEMIG D, CEMIG Geração e Transmissão e CEMIG são unificados.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$ 88 milhões em 2019 em comparação a uma despesa de R\$ 72 milhões em 2018, gerando um aumento de 22,22%. Essa variação decorre, principalmente, do crescimento do custo com o plano de saúde em 2019, em razão da redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial de dezembro de 2018, aumentando as obrigações pós-emprego.

Provisões operacionais

As provisões operacionais resultaram em uma despesa de R\$ 1.110 milhões em 2019 comparada a R\$ 117 milhões em 2018. Essa variação é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) em 2019 no valor de R\$ 38 milhões na comparação de reversão de R\$ 5 milhões em 2018, em função, especialmente, da expectativa de perda na carteira de grandes consumidores livres. Mais detalhes na nota explicativa nº 8 – Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia das demonstrações financeiras;
- Reconhecimento, em junho de 2019, de provisão para perda decorrente de valores a receber da Renova no montante de R\$ 688 milhões, resultado de uma avaliação de risco de crédito desta investida feita pela Companhia. Mais detalhes na nota explicativa nº 29 – Transações com partes relacionadas das demonstrações financeiras;
- Reconhecimento, de provisão de contingência tributária no montante de R\$ 284 milhões decorrente da reavaliação da probabilidade de perda de possível para provável do processo judicial relacionado às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PRL) pagas a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 24 – Provisões das demonstrações financeiras;
- Referidos aumentos foram parcialmente compensados pela redução de 40,74% das provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R\$ 64 milhões em 2019, em comparação a R\$ 108 milhões em 2018. Mais informações sobre a metodologia de cálculo das opções na nota explicativa nº 30 – Instrumentos financeiros e gestão de risco das demonstrações financeiras.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$ 83 milhões em 2019 em comparação ao reconhecimento de perdas líquidas no montante de R\$ 352 milhões em 2018, uma redução de 76,42%. Esta redução decorre, principalmente, de menores perdas com a investida Santo Antônio Energia. O resultado negativo com equivalência patrimonial de Santo Antônio Energia foi de R\$ 189 milhões em 2019 na comparação de R\$ 301 milhões em 2018.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 15 – Investimentos das demonstrações financeiras.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	2019			2018		
	MWh (2)	R\$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) ¹	MWh (2)	R\$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) ¹
Industrial	13.641.330	3.182	233,23	15.100.812	3.245	214,91
Comercial	4.352.948	891	204,76	3.190.021	708	221,94
Rural	3.215	1	262,48	1.343	0,3	246,46
Subtotal	17.997.493	4.074	226,34	18.292.176	3.953	216,13
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	16	-	-	1	-
	17.997.493	4.090	-	18.292.176	3.954	-
Suprim. Outras Concessionárias (3)	11.578.115	3.015	260,38	12.121.762	2.908	239,88
Suprim. Não Faturado Líquido	-	(67)	-	-	(4)	-
	29.575.608	7.038	237,95	30.413.938	6.858	225,50

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$ 7.038 milhões em 2019 em comparação a R\$ 6.858 milhões em 2018, um aumento de 2,62%. Essa variação decorreu, essencialmente, da elevação no preço médio de 5,52% em função do reajuste nos preços dos contratos de venda de energia, sendo compensada parcialmente pela redução de 2,76% na quantidade de energia vendida.

Receita de concessão de transmissão

A receita de transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

Essa receita foi de R\$ 703 milhões em 2019 comparada a R\$ 589 milhões em 2018, representando um crescimento de 19,35%. Essa variação decorre, principalmente, do reajuste pela inflação da RAP anual ocorrida em julho de 2019, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui, adicionalmente, ajuste de expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões, sendo aplicável o IPCA para o contrato da Companhia e IGPM para a CEMIG Itajubá. Em 2019, os reajustes da RAP foram de 10,53%, incluindo a parcela referente aos novos investimentos, e 14,60%, para os contratos de concessão da Companhia e CEMIG Itajubá, respectivamente, compostos pela aplicação do índice de reajuste da inflação e do reconhecimento dos novos reforços e melhorias.

Adicionalmente, a receita de transmissão é composta pelos encargos setoriais, sendo o mais significativo vinculado à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que apresentou crescimento de 53,59% em 2019 em comparação a 2018.

Receita de indenização da transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$ 155 milhões em 2019, comparada a R\$ 250 milhões em 2018, representando uma redução de 38,00%.

A Companhia calcula a atualização do saldo a receber da indenização a partir da aplicação do IPCA e do custo médio de capital regulatório sobre o saldo remanescente, conforme previsto na regulação do setor. A indenização está sendo recebida por meio da RAP, desde julho de 2017, pelo período de 8 anos.

No início do ciclo tarifário, que ocorre em julho de cada ano, os recebimentos acrescidos do reajuste previsto para o ciclo, correspondentes à amortização do saldo devedor até o final do período, são excluídos da base de remuneração, reduzindo o montante remanescente da indenização e a remuneração sobre este saldo.

Em julho de 2019, a parcela da RAP referente ao custo de capital não incorporado após a renovação da concessão ocorrida no início de 2013, conforme Portaria 120/2016 MME, teve um incremento de 14,32%. Além disso, a Aneel acatou o recurso à REH 2.408/2018 interposto pela Companhia reconhecendo o erro material no cálculo do custo anual dos ativos elétricos da RBSE, elevando esse incremento para 23,93%. Esse reajuste gera um aumento no montante da indenização a ser recebida durante o ciclo tarifário, ocasionando uma redução no saldo remanescente da indenização, e, conseqüentemente, uma redução da atualização incidente sobre este saldo.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$ 439 milhões em 2019, comparada a R\$ 185 milhões em 2018, representando um crescimento de 137,30%. Esta variação decorre, principalmente, da obtenção de maior sobra de energia em 2019 pela Companhia, que foi valorizada pelos Preços de Liquidação de Diferenças – PLDs definidos mensalmente. Apesar de o PLD médio anual ter sofrido uma redução de 21,30%, as sobras de energia ocorreram em 2019 nos meses que apresentaram PLDs elevados, aumentando a receita na CCEE nestes meses e a receita esperada no ano.

(c) *Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante*

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$ 3.841 milhões em 2019, comparado a R\$ 3.853 milhões em 2018, representando uma redução de R\$ 12 milhões. Essa variação decorre, principalmente, da redução das despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$ 113 milhões em 2019, comparada a R\$ 168 milhões em 2018, representando uma redução de 32,74%.

O resultado da energia de curto prazo representa o saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A variação decorre, principalmente, da redução de 21,04% no valor médio do preço de liquidação de diferenças – PLD, que foi de R\$ 227,10/MWh, para 2019, e R\$ 288,57/MWh, para 2018.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$ 234 milhões em 2019 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$ 376 milhões em 2018. As principais variações estão relacionadas a seguir:

- Ganho com operação de *hedge* contratada para proteção dos riscos de variação de moeda estrangeira vinculada ao *Eurobonds*, que alcançou o montante de R\$ 998 milhões, em 2019, em comparação a R\$ 893 milhões em 2018. Essa variação decorreu, principalmente, da redução da curva estimada da taxa futura de juros durante a vigência dos contratos, contribuindo para reduzir a ponta passiva (obrigação da Companhia), que é indexada ao Depósito Interfinanceiro (DI), e para o valor presente da marcação a mercado do instrumento financeiro. O aumento no valor justo da opção (*call spread*) também contribuiu para o ganho nas operações de *hedge*;
- Reconhecimento de uma receita financeira no montante de R\$ 240 milhões em 2019, decorrente da atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, resultante do reconhecimento do direito da Companhia de excluir este imposto da base de cálculo dessas contribuições com efeitos desde julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 10 – Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS.
- Redução da despesa financeira relacionada à variação cambial vinculada aos empréstimos em moeda estrangeira, no montante de R\$ 234 milhões em 2019 comparados a R\$ 580 milhões em 2018, uma redução de 59,66%. Essa redução decorre da queda na variação da taxa de câmbio vigente no período, tendo sido de 4,02% em 2019 e 17,13% em 2018.

10.3

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social de 2021.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A seguir, descrevem-se certas atividades relacionadas às subsidiárias, controladas em conjunto e associadas em 2021:

Procedimento arbitral 115/2018 – Madeira Energia S.A

Em 2018, a SAAG e a Companhia instauraram o Procedimento Arbitral 115/2018, visando desconstituir o aumento de capital aprovado na assembleia geral extraordinária da MESA ocorrida em 28 de agosto de 2018, por meio de capitalização de créditos decorrentes da anulação do aumento de capital realizado em 2014, que havia sido anulado em processo arbitral anterior.

Em 13 de dezembro de 2021, foi divulgada a sentença arbitral anulando o aumento de capital discutido no referido Procedimento Arbitral, assim como em 16 de março de 2022 foi disponibilizada, pela Câmara de Arbitragem do Mercado, decisão em pedidos de esclarecimentos que determinou a devolução de aporte de capital feito pelos acionistas nessa investida.

Como consequência da sentença arbitral, a participação societária direta e indireta da Companhia na MESA, é aumentada de 8,54% para 9,86% e de 6,97% para 8,05%, respectivamente, e sua participação societária consolidada de 15,51% para 17,91%.

A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende ser remota a reversão dos efeitos dessa sentença arbitral e aguarda o cumprimento da mesma.

Procedimento Arbitral 21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM) – Santo Antônio Energia S.A.

Em 31 de janeiro de 2022, foi proferida sentença no âmbito do processo arbitral CCI n.º 21511/ASM/JPA (c. 21673/ASM), que representa a consolidação das discussões entre Santo Antônio Energia S.A. (SAESA), Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA) e outras partes, referentes, em síntese, aos seguintes questionamentos:

- i. Responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual previstos em contrato.
- ii. Responsabilidade da SAE sobre a elevação dos custos incorridos pelo CCSA decorrentes, principalmente, de greves e paralisações ocorridas de 2009 a 2013.

O resultado dessa arbitragem, disponibilizado pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional em 07 de fevereiro de 2022, indica que parte dos pedidos da SAESA foram deferidos, assim como alguns dos pedidos do CCSA e, conforme o caso, de seus consorciados em face da SAESA, tendo, inclusive, o tribunal arbitral declarado inicialmente a ineficácia do instrumento intitulado “Termos e Condições”, que

embasava o reconhecimento, pela Companhia, dos “Dispêndios Reembolsáveis”, conforme nota explicativa das demonstrações financeiras da SAESA.

Além da procedência em relação aos pedidos do CCSA, dos quais a SAESA discorda veementemente, já provisionados nas demonstrações financeiras da SAESA sob as rubricas “Cauções em Garantia” (R\$770 milhões) e “Outras Provisões” (R\$492 milhões), foram deferidos outros pleitos com valor adicional estimado em R\$226 milhões a pagar.

De acordo com os contratos de financiamento firmados pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e contratos de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, os valores a que a SAESA eventualmente vier a ser condenada deverão ser pagos conforme procedimentos definidos nos respectivos contratos de financiamentos.

Em 09 de março de 2022, a SAESA protocolou pedido de esclarecimentos acerca de determinados pontos da sentença, inclusive relativos a aspectos pecuniários e entende que somente após apreciação deste pedido e de possíveis esclarecimentos a serem solicitados pelas outras partes envolvidas a sentença se tornará definitiva, apta a produzir efeitos e com a efetiva definição dos valores a serem eventualmente devidos pela SAESA.

A SAESA reiterou ainda que o Procedimento Arbitral se encontra em andamento e segue revestido de confidencialidade.

Investimento na Madeira Energia S.A.

A sentença arbitral, desfavorável aos pleitos da SAE, representa um evento subsequente ao período contábil a que se refere as demonstrações financeiras da Companhia, com efeito modificativo e de forma a refletir os resultados preliminares da referida sentença arbitral, uma vez que evidencia condições que já existiam em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as previsões do CPC 24/IAS 10 – Evento subsequente.

Como resultado das sentenças arbitrais mencionadas acima, a Companhia reconheceu a perda no montante de R\$366.850, resultando, assim, na redução a zero do valor do investimento, e constituiu uma provisão referente às obrigações assumidas perante a investida em acordos de suporte e garantias, em conformidade ao CPC 18 – Investimentos em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto, no montante de R\$161.648.

Esta provisão foi estimada a partir da aplicação do percentual de participação societária direta da Companhia na MESA, atualmente 9,86%, sobre a saída de caixa prevista para fazer jus à dívida decorrente da sentença arbitral. Considerando haver circunstâncias específicas estabelecidas em acordos de acionistas, contrato de compra e venda de ações da SAAG e nas próprias garantias prestadas pela SAAG à SAESA, a Companhia entende que não possui responsabilidade em relação à sua participação indireta na MESA, atualmente 8,05%, uma vez que não assumiu as obrigações contraídas pela SAAG frente à SAESA antes de sua efetiva entrada no negócio, sendo que a outra acionista e antiga detentora de 100% da participação societária (AG Participações) permanece como garantidora de todas as obrigações perante essa investida.

Processo de alienação de participação da Cemig GT na Renova

Em 11 de novembro de 2021, a Companhia celebrou instrumento de Compra e Venda de Ações, Cessão Onerosa de Créditos e Outras Avenças (“instrumento”) com veículo de investimento da Angra Partners, o AP Energias

Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantig Investimentos Ltda para alienação da totalidade de sua atual participação de 13,80% detida no capital social da Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova”) e para a cessão onerosa da totalidade dos créditos detidos pela Companhia em face da Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em Recuperação Judicial, pelo valor total de R\$60 milhões. O contrato prevê o direito ao recebimento de *earn-out* pela Companhia, condicionada a eventos futuros.

O instrumento prevê os demais termos e condições para a conclusão da transação, estando sujeito à verificação e ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais em transações similares, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes, dos credores detentores de garantias reais listados no Plano de Recuperação Judicial da Renova e de contrapartes em determinados contratos comerciais. No caso de fechamento da transação, há ainda a possibilidade de possível aproveitamento de crédito fiscal pela Companhia. A data limite para implementação do Fechamento da Transação é de até 180 dias a contar da data de assinatura do Contrato Angra.

O investimento na Renova, que apresenta valor nulo desde 31 de dezembro de 2018, quando este foi reduzido a zero em virtude da apresentação, de patrimônio líquido negativo, foi classificado como ativo mantido para venda, nos termos do IFRS 5/CPC 31 – *Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada*, no quarto trimestre de 2021, diante da alta probabilidade de conclusão do seu plano de venda, especialmente após a aprovação do órgão de governança competente, que precedeu à assinatura do “instrumento”.

Recuperação judicial - Renova

Em 31 de dezembro de 2021, a Renova possui capital circulante líquido de R\$6.974, prejuízos acumulados de R\$3.959.358, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$651.178 e lucro líquido de R\$34.829 no exercício findo naquela data.

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido o pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova e pelas demais empresas do grupo (“Grupo Renova”).

A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto Renova, concluiu que a recuperação judicial e as transações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não produziram nenhum impacto financeiro adicional em suas demonstrações financeiras e não afetam o plano de venda da participação societária na investida.

Os principais eventos ocorridos no âmbito da recuperação judicial da Renova estão descritos a seguir:

- Em 25 de outubro de 2019, a Cemig (controladora da Companhia) firmou contratos de mútuo na modalidade “*debtor-in-possession*” (DIP) no valor total de R\$36,5 milhões. Os recursos desses empréstimos foram garantidos por cessão fiduciária de participação societária em empresa detentora de ativos de empreendimento eólico de propriedade da Renova, no valor aproximado de R\$60 milhões. Em 30 de junho de 2020 foi reconhecida, pela Cemig a perda no valor recuperável do empréstimo concedido, no valor de R\$37,4 milhões. No âmbito do instrumento de compra e venda de ações da Renova, a Companhia assumiu a obrigação de não execução de valores sob este contrato de mútuo pós-concursal até a alienação da UPI SF 120, companhia que detém o projeto Mina de Ouro.

- Em 21 de setembro de 2020, a Renova aprovou a proposta realizada pela Companhia para a suspensão das obrigações previstas no Contrato de Compra e Venda de Energia Eólica Incentivada firmado entre as partes e aditado de tempos em tempos, vinculados ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. A suspensão perdurará até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022.
- Em 18 de dezembro de 2020, os Planos de Recuperação Judicial ajuizados pela Renova foram aprovados pela Assembleia Geral de Credores (AGC) e homologados pelo juízo da recuperação no mesmo dia.
- Em 06 de maio de 2021 e 23 de agosto de 2021 foram homologados o 1º e o 2º aumento de capital social da Renova, correspondentes à capitalização de créditos, nos termos dos planos de recuperação judicial, não acompanhados pela Companhia, que também não solicitou a conversão de seus créditos em capital. Em 11 de novembro de 2021 foi encerrado o 3º aumento de capital da Renova (3ª Janela), onde o agregado dos créditos não foi superior aos R\$15 milhões, previsto no Plano de Recuperação Judicial. Em razão desses eventos, a participação da Companhia na investida, que era de 36,23% em 31 de março de 2021, passou para 13,80% em 31 de dezembro de 2021.
- Em 24 de novembro de 2021, foi homologado o processo competitivo da UPI Enerbrás, declarando como vencedora a Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, por meio de sua controlada da V2i Energia S.A, pelo valor de R\$265,8 milhões, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão.
- Em 1º de dezembro de 2021, foi concluída a venda da totalidade da participação da Renova na UPI Brasil PCH, nos termos previstos no Edital e no Plano de Recuperação do Grupo Renova, para os demais acionistas da Brasil PCH S.A. (BSB Energética S.A e Eletroriver S.A), que exerceram o seu direito de preferência em observância ao Acordo de Acionistas. Os recursos recebidos com a transação, no montante de R\$1.100.000, foram utilizados, principalmente, na liquidação antecipada do empréstimo na modalidade DIP contratado pela sua subsidiária Chipley SP Participação S.A. e coobrigados da Renova e da Renova Participações S.A..
- Em 27 de janeiro de 2022, a Renova aceitou a proposta apresentada pela AES GF1 HOLDING S.A., mediante a celebração de um contrato de compra e venda, para a alienação de determinados ativos e direitos do Complexo Cordilheira dos Ventos, constituído dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de desenvolvimento eólico de 305MW, incluindo o direito de earn-out, caso a implantação nas áreas compreendidas no Projeto seja superior a esta capacidade. A transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a realização de um processo competitivo para a alienação da UPI Cordilheira dos Ventos, no âmbito do Processo de Recuperação Judicial, cabendo à AES a condição de primeiro proponente (“Stalking Horse”) e com direito de igualar a oferta de terceiros interessados em tal aquisição. Em 15 de março de 2022, esse processo foi homologado pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo, declarando como vencedora a AES GF1, pelo montante de R\$42 milhões.

Reestruturação societária de subsidiária integral de transmissão – Centroeste

Em 24 de novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o aumento de seu capital social, realizado pela Cemig (controladora da Companhia) por meio de aporte do investimento devido na Centroeste, concretizando a reestruturação societária autorizada pelo Conselho de Administração da Cemig em

12 de fevereiro de 2021. Por envolver entidades sob controle comum, essa reestruturação está fora do escopo da IFRS 3/ CPC 15 (R1).

Essa transferência, que contou com a anuência prévia da Aneel, foi realizada pelo montante de R\$123.724, com base em Laudo de Avaliação patrimonial, a valores contábeis, na data-base de 31 de outubro de 2021.

A seguir, descrevem-se certas atividades relacionadas às subsidiárias, controladas em conjunto e associadas em 2020:

Recuperação judicial - Renova

Em 02 de maio de 2020, a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, proferiu decisão determinando que o empréstimo “*debtor-in-possession*” (“DIP”), no valor total de R\$ 36,5 milhões, com garantia patrimonial, já constituído e registrado, fosse subscrito como aumento de capital na Renova. A Companhia opôs Embargos de Declaração e, em sessão permanente e virtual da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, decidiu dar provimento ao recurso. Com isso, as cláusulas do plano de recuperação judicial que tratam dos contratos de empréstimos firmados pela CEMIG (controladora da CEMIG GT) foram mantidas.

Em 21 de setembro de 2020, a Renova aprovou a proposta realizada pela Companhia para a suspensão das obrigações previstas no Contrato de Compra e Venda de Energia Eólica Incentivada firmado entre as partes e aditado de tempos em tempos, vinculados ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. A suspensão perdurará até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022 e está devidamente alinhada ao planejamento estratégico traçado para o cumprimento do plano de reestruturação da Renova.

Em 8 de outubro de 2020, o Conselho de Administração da Renova aprovou a aceitação da proposta vinculante apresentada pela Prisma Capital Ltda. para aquisição dos direitos e ativos relacionados ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B, na condição de primeiro proponente (“Stalking Horse”) e com direito de preferência na aquisição, sujeito a condições precedentes usuais, incluindo a aprovação na Assembleia Geral de Credores, que ocorreu em 18 de dezembro de 2020. Os recursos obtidos serão destinados ao cumprimento das suas obrigações no Plano de Recuperação Judicial e o reinício das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III-Fase A.

Em 18 de dezembro de 2020, os Planos de Recuperação Judicial ajuizados pelo Grupo Renova e pelas sociedades que integram a Alto Sertão Participações S.A. foram aprovados pela Assembleia Geral de Credores (AGC), com homologação pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP. Na AGC foi exposta a racionalidade econômico-financeira dos dois planos: (i) captação de empréstimo ponte para finalização do parque Alto Sertão III, assinado em 17 de dezembro de 2020, pelo valor de R\$ 350 milhões na modalidade DIP pela subsidiária Chipley SP Participações S.A. e coobrigações da Renova e da Renova Participações S.A., a serem destinados especialmente para o retomada das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A; (ii) alienação de ativos, principalmente a participação societária na Brasil PCH, além de projetos de energia eólica em desenvolvimento; (iii) renegociação do prazo de liquidação de passivos, sem alteração de valores apenas de prazos e (iv) conclusão das obras do parque eólico Alto Sertão III Fase A. Nessa linha, os planos descrevem de forma pormenorizada os meios de recuperação, detalham o empréstimo ponte DIP e identificam as Unidades Produtivas Isoladas (UPIs), bem como o procedimento de alienação e a destinação dos recursos.

Com a aprovação dos Planos de Recuperação Judicial, os seguintes efeitos foram observados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 dezembro de 2020 da Renova: (i) os investimentos nas UPIs Brasil PCH, ERNEBRAS, Fase B e Mina de Ouro foram apresentados como mantido para venda, no ativo circulante; (ii) os passivos, Classe II, foram atualizados desde a data do pedido de recuperação judicial até 31 de dezembro de 2020 a 100% do CDI; (iii) os passivos com controladores foram atualizados a partir da data da homologação do pedido de recuperação judicial a 100% do CDI; (iv) os juros provisionados no período entre a aprovação do pedido e aprovação do plano foram estornados.

Em 11 de fevereiro de 2021, o PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Prisma Capital Ltda., sagrou-se vencedor do processo competitivo para a alienação da UPI Fase B prevista no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, com uma proposta no valor de aproximadamente R\$ 58.386 mil, 16,77% maior que o valor mínimo previsto no Plano.

Em 02 de março de 2021, foi assinado o contrato de compra e venda de ações da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital de Leilão da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, sujeito à implementação das condições suspensivas usuais de mercado.

No dia 05 de março de 2021, no contexto da Recuperação Judicial, a Renova recebeu R\$362.465 mil provenientes do empréstimo na modalidade DIP contratado pela sua subsidiária Chipley SP Participações S.A. - em Recuperação Judicial e coobrigações da Renova e da Renova Participações S.A. - em Recuperação Judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário estruturada pela Quadra Gestão de Recursos S.A. ("Quadra Capital") e emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., conforme previsto e autorizado no âmbito do Processo de Recuperação Judicial do Grupo Renova em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP. Os recursos obtidos permitirão a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

Em 06 de abril de 2021, a Renova concluiu a venda e transferiu para a Ventos Altos Energias Renováveis Ltda. (subsidiária do PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia) a totalidade das ações da controlada indireta Azalea Participações S.A. detentora dos ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B objeto da operação.

Adicionalmente, em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração da Renova aprovou a homologação parcial do aumento de capital social desta investida, aprovado por esse mesmo conselho em 1º de março de 2021, pelo valor de R\$334.398 mil, que corresponde ao valor dos créditos a serem capitalizados no termo dos Planos. A Cemig GT não faz parte do grupo de credores que solicitaram a conversão de seus créditos em capital assim como não acompanhou o referido aumento de capital, passando a participação da Cemig GT na Renova para 29,72% do capital votante e 15,09% do capital total. Essa redução da participação acionária na Renova não impactou o atual controle compartilhado da Renova.

A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto com a Renova, concluiu que a recuperação judicial ajuizada e aprovada em juízo por esta investida não produzirá nenhum impacto adicional em suas demonstrações financeiras.

A seguir, descrevem-se certas atividades relacionadas às subsidiárias, controladas em conjunto e associadas em 2019:

Alteração no controle da Renova

Em 15 de outubro de 2019, a Light alienou a totalidade das ações na controlada em conjunto Renova para o CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“CG I”), sendo 7.163.074 ações ordinárias e 98 ações preferenciais, equivalentes a 17,17% do capital social dessa companhia, pelo valor de R\$ 1,00. Adicionalmente, a Lightcom Comercializadora de Energia S.A., celebrou um Termo de Cessão por meio do qual cedeu todos os créditos detidos em face da Renova à CG I. Transcorrido o prazo previsto no Acordo de Acionistas da Renova, a Companhia não exerceu o seu direito de preferência nem seu direito de venda conjunta, não alterando, assim, a sua participação acionária direta na Renova.

Pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP o pedido de recuperação judicial ajuizado pelo Grupo Renova determinando, entre outras medidas: (i) a nomeação da KPMG CORPORATE FINANCE para atuar como administradora judicial; (ii) a suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005; (iii) a apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005; (iv) a dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e (v) a determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

Em 17 de dezembro de 2019, a Renova protocolou o seu Plano de Recuperação Judicial, cuja aprovação deve ocorrer na Assembleia Geral de Credores em prazo que não exceda 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do deferimento do processo de recuperação judicial.

No contexto da recuperação judicial, a Renova celebrou com a CEMIG (controladora da CEMIG GT) empréstimo do tipo DIP no qual a CEMIG tem prioridade no recebimento de empréstimo concedido, no montante total de R\$ 36.500 mil, sendo de R\$ 10.000 mil, R\$ 6.500 mil e R\$ 20.000 mil, nas datas de 25 de novembro de 2019, 27 de dezembro de 2019 e 28 de janeiro de 2020, respectivamente. Os recursos desses empréstimos, na modalidade de mútuo pós-concursal, ou seja, durante o processo de Recuperação Judicial, são necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Renova, foram autorizados pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP e são garantidos por alienação fiduciária de ações de uma empresa constituída por um projeto eólico de propriedade da Renova, além de possuírem prioridade no recebimento no decorrer do processo de recuperação judicial. Adicionalmente em 25 de outubro de 2019, a Companhia concedeu à Renova um adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 5 milhões.

A seguir, descrevem-se certas atividades relacionadas às subsidiárias, controladas em conjunto e associadas em 2018:

Em 30 de novembro de 2018, a CEMIG, controladora da Companhia, concluiu a transação de reestruturação societária em que transferiu para a Companhia as suas subsidiárias integrais Rosal Energia, Sá Carvalho, Horizontes Energia, CEMIG PCH, UTE Barreiro, Empresa de Comercialização de Energia Elétrica, CEMIG Comercializadora de Energia Incentivada e CEMIG Trading. A referida transferência foi realizada pelo montante de R\$423.165 mil, com base em Laudo de Avaliação patrimonial, a valores contábeis, na data-base de 30 de novembro de 2018.

Em 20 de dezembro de 2018, foi celebrado o Termo de Conclusão do Descruzamento de Ativos e Outras Avenças, por meio do qual efetivou-se o descruzamento das participações societárias detidas conjuntamente pela CEMIG GT e pela Energimp S.A. ("Energimp") nas empresas Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Parajuru"), Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Volta do Rio") e Central Eólica Praia de Morgado S.A. ("Morgado"), bem como a extinção da parceria societária entre as Partes.

Aumento de capital na Madeira Energia S.A.

Em 28 de agosto de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovado um aumento de capital na MESA de até R\$ 972.512. No mesmo ato, os acionistas Furnas Centrais Elétricas S.A., Odebrecht Energia do Brasil S.A. e Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia subscreveram e integralizaram os créditos que detinham contra a MESA, no montante de R\$ 754.669, remanescendo um capital a subscrever de R\$ 217.843 relativo ao direito de subscrição da CEMIG GT e de sua coligada indireta SAAG Investimento S.A.

Em 02 de outubro de 2018, em razão da CEMIG GT e da SAAG não terem exercido o seu direito de subscrição no aumento de capital mencionado, a acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. subscreveu e integralizou parcialmente as sobras verificadas, no montante de R\$ 85.000. Na mesma data, o Conselho de Administração da MESA homologou parcialmente o aumento de capital aprovado em 28 de agosto de 2018, no valor de R\$ 839.670, alterando o capital social da MESA para R\$ 10.386.341. As participações direta e indireta da CEMIG GT passaram a ser, assim, de 8,44% e 6,86%, respectivamente. O total dos recursos aportados foi totalmente destinado à integralização na Santo Antônio Energia S.A.

Foi aprovado novo aumento de capital na MESA em AGE realizada em 03 de outubro de 2018, de até R\$ 300.000. Na mesma data, a CEMIG GT, a SAAG e Furnas Centrais Elétricas S.A. subscreveram ações no valor de R\$ 25.320, R\$ 26.068 e R\$ 124.620, respectivamente, que foram integralizadas até 05 de outubro de 2018. Após a homologação desse aumento, o capital social da MESA passou a ser de R\$ 10.562.350 e as participações direta e indireta da Companhia foram alteradas para 8,63% e 7,05%, respectivamente.

Em AGE realizada em 29 de novembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital na MESA de até R\$ 130.000. Os Acionistas Furnas e SAAG subscreveram e integralizaram os valores de R\$ 55.198 e R\$ 2.238, respectivamente até 21 de dezembro de 2018. A Companhia não exerceu o seu direito de preferência no aumento de capital aprovado, cujo prazo encerrou-se no dia 29 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito da MESA, totalmente integralizado, era de R\$ 10.619.786 sendo as participações direta e indireta da CEMIG GT de 8,54% e 6,97%, respectivamente.

(c) Eventos ou operações não usuais:

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, quaisquer eventos ou operações não usuais à CEMIG GT.

10.4

(a) Mudanças Significativas nas Práticas Contábeis:

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia e suas controladas avaliaram a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2)/ IFRS 16, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez de determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. As principais alterações estão descritas a seguir:

CPC 15 (R1) /IFRS 03: As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Esclarece que para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos devem incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo que, em conjunto, contribui significativamente para criação de output. Adicionalmente, um negócio pode existir sem incluir todos os inputs e processos necessários para criar outputs. Também introduziu um teste de concentração de valor justo opcional. As alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação.

CPC 26 (R1) /IAS 1 e IAS 8: Alteram a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” e esclarecem alguns aspectos desta definição.

CPC 38/IAS 39, CPC 40 (R1) /IFRS 7 e CPC 48/IFRS 09 – “Reforma da Taxa de juros de Referência”: As revisões ao CPC 38 e CPC 48 proporcionam uma série de mitigações, que se aplicam à relação de proteção que é diretamente impactada pela reforma de taxa de juros de referência. A relação de proteção é impactada se a reforma causa incertezas sobre o momento e/ou o montante do fluxo de caixa baseados na taxa de juros de referência do item protegido ou do instrumento de hedge.

CPC 06 (R2) /IFRS 16: concede a opção aos arrendatários de não aplicar o guia do CPC 06 (R2) para contabilização de modificações de contrato que decorrem de benefícios relacionados à pandemia Covid-19. Como expediente prático, o arrendatário poderá optar por não avaliar se uma concessão de benefício decorrente da pandemia de Covid-19 é uma modificação de contrato. O arrendatário que fizer essa opção, deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido de acordo com as regras previstas no CPC 06 (R2) para mudanças que não são consideradas modificação do contrato de arrendamento.

Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - *Conceptual Framework for Financial Reporting*: A Estrutura Conceitual não é um pronunciamento propriamente dito e os seus conceitos não se sobrepõem àqueles previstos nos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB. O objetivo da Estrutura Conceitual é auxiliar no desenvolvimento de pronunciamentos, orientar os preparadores de demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes quando não houver nenhum pronunciamento aplicável, além de assistir todas as partes no entendimento e interpretação dos pronunciamentos. Essas alterações impactarão as entidades que desenvolvem suas políticas contábeis com base na Estrutura conceitual, cuja revisão inclui alguns novos conceitos, definições e critérios de reconhecimento para ativos e passivos, além de esclarecer algumas questões importantes.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Pronunciamentos técnicos revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020

As principais alterações nas normas internacionais ainda não vigentes estão descritas a seguir:

IFRS 17 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017: a norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia e suas controladas. Esta norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.

IAS 1 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu uma revisão dos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, para especificar os critérios de classificação de passivos como circulantes e não circulantes. A revisão esclarece, entre outros, o conceito de postergar a liquidação de passivo, além de definir que o direito de postergar deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de postergação. Além disso, a revisão determina que somente quando o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia e suas controladas não esperam impactos materiais advindos dessa revisão.

IAS 16 - Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Em maio de 2020, o IASB emitiu alterações na IAS 16 que proíbem as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia e suas controladas não esperam impactos materiais advindos dessa revisão.

Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 17/2020, em 11 de fevereiro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, em

decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência”, aplicável aos períodos anuais com início em, ou após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas não esperam impactos materiais advindos dessa revisão.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos, por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamentos como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas fizeram a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotaram as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 (doze) meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. A Companhia e suas controladas optaram pela adoção do método retrospectivo modificado e, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16/CPC 06 (R2), não reapresentaram as informações e saldos em base comparativa.

A Companhia e suas controladas avaliaram detalhadamente os impactos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2), identificando os seguintes contratos que contém arrendamentos:

- Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação tem vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia e suas controladas adotaram a interpretação a partir dessa data e analisaram os tratamentos tributários que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia e suas controladas a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia e suas controladas tiveram alteração no que se refere à expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

Pronunciamentos técnicos revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019

- IAS 28/CPC 18: aplicação da IFRS 9/CPC 48 à mensuração de outros instrumentos financeiros em coligada, em controlada ou em empreendimento controlado em conjunto, para os quais o método da equivalência patrimonial não é aplicável, bem como prescreve as regras de transição relacionadas à adoção inicial;
- IAS 12/CPC 32: estabelece as regras para reconhecimento dos efeitos tributários sobre o rendimentos dos dividendos distribuíveis. Essa alteração não impacta as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo em vista a legislação tributária brasileira aplicável a suas transações.
- IAS 19/CPC 33: altera o momento da remensuração do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido para quando ocorre a determinação do custo do serviço passado ou o ganho ou a perda na liquidação, utilizando-se de valor justo dos ativos do plano e premissas atuariais que reflitam os benefícios oferecidos em conformidade com o plano e os ativos do plano, antes e após a alteração, redução ou liquidação do plano, bem como a utilização da taxa de desconto e do valor do passivo (ativo líquido) após a alteração, redução ou liquidação do plano na determinação dos juros líquidos pelo restante do período de relatório anual. As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não houve nenhuma alteração, restrições ou liquidações no plano durante o exercício.

A Companhia e suas controladas não identificaram impactos significativos decorrentes das demais alterações realizadas em 2019.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

IFRS 15/CPC 47 (Receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida à medida em que uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A entidade deve reconhecer a receita somente quando for provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Este novo pronunciamento substituiu todas as exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas em vigor.

A Companhia e suas controladas avaliaram os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo IFRS 15/CPC 47:

- Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
- Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
- Determinar o preço de cada tipo de transação;
- Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
- Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma com base no método retrospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, e o impacto em função da adoção da norma refere-se à alteração na classificação dos ativos vinculados à infraestrutura de transmissão. Considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela disponibilidade das linhas de transmissão, os ativos vinculados à infraestrutura de transmissão, que até o exercício de 2017 eram reconhecidos como ativos financeiros, passaram a ser reconhecidos a partir de 2018 como ativo de contrato.

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas. O IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas na realização dos créditos, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. Este modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos de contrato.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 (doze) meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 (doze) meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. Essa alteração trazida pela norma não surtiu efeitos para a Companhia e suas controladas.

(b) Efeitos Significativos das Alterações em Práticas Contábeis

2020

Não se aplica. As alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de 2020.

2019

A Companhia e suas controladas consideraram o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2), sendo os impactos desta, em 1º de janeiro de 2019, apresentados a seguir:

01/01/2019	Consolidado	Controladora
Ativo - Direito de uso	61.202	59.545
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	(61.202)	(59.545)

Nas tabelas a seguir, é apresentado o impacto da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) nos balanços patrimoniais individual e consolidado de 31 de dezembro de 2019 e nas demonstrações de resultados individual e consolidada do exercício findo naquela data:

Balanços Patrimoniais	Consolidado			Controladora		
	2019 sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	2019 com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	2019 sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	2019 com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)
Ativo circulante	3.244.401	-	3.244.401	2.544.436	-	2.544.436
Ativo não circulante	14.365.667	52.984	14.418.651	14.643.270	51.581	14.694.851
Operações de arrendamento mercantil – direito de uso	-	52.984	52.984	-	51.581	51.581
Outros ativos não circulantes	14.365.667	-	14.365.667	14.643.270	-	14.643.270
Passivo circulante	2.758.788	16.724	2.775.512	2.382.692	16.097	2.398.789
Operações de arrendamento mercantil – obrigações	-	16.724	16.724	-	16.097	16.097
Outros passivos circulantes	2.758.788	-	2.758.788	2.382.692	-	2.382.692
Passivo não circulante	9.712.313	39.026	9.751.339	9.666.109	38.188	9.704.297
Operações de arrendamento mercantil – obrigações	-	38.335	38.335	-	37.502	37.502
Imposto de renda e contribuição social diferidos	402.417	691	403.108	381.874	686	382.560
Outros passivos não circulantes	9.309.896	-	9.309.896	9.284.235	-	9.284.235
Patrimônio líquido	5.138.967	(2.766)	5.136.201	5.138.905	(2.704)	5.136.201

Demonstrações de Resultados	Consolidado			Controladora		
	2019 sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	2019 com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	2019 sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	2019 com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)
Receitas Líquida	7.723.720	-	7.723.720	6.689.274	-	6.689.274
Custos e despesas operacionais	(6.441.643)	5.093	(6.436.550)	(6.124.890)	4.996	(6.119.894)
Resultado de equivalência patrimonial	(82.668)	-	(82.668)	503.008	-	503.008
Ajuste referente à desvalorização com investimentos	-	-	-	(21.684)	-	(21.684)
Resultado financeiro, líquido	241.118	(7.168)	233.950	213.954	(7.014)	206.940
Imposto de renda e contribuição social	(602.683)	(691)	(603.374)	(421.880)	(686)	(422.566)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	837.844	(2.766)	835.078	837.782	(2.704)	835.078

Demonstrações de Resultados	Consolidado			Controladora		
	2019 sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	2019 com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	2019 sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	2019 com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)
Receitas Líquida	7.723.720	-	7.723.720	6.689.274	-	6.689.274
Custos e despesas operacionais	(6.441.643)	5.093	(6.436.550)	(6.124.890)	4.996	(6.119.894)
Resultado de equivalência patrimonial	(82.668)	-	(82.668)	503.008	-	503.008
Ajuste referente à desvalorização com investimentos	-	-	-	(21.684)	-	(21.684)
Resultado financeiro, líquido	241.118	(7.168)	233.950	213.954	(7.014)	206.940
Imposto de renda e contribuição social	(602.683)	(691)	(603.374)	(421.880)	(686)	(422.566)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	837.844	(2.766)	835.078	837.782	(2.704)	835.078

2018

IFRS 15/CPC 47 (Receita de contratos com clientes)

Na tabela a seguir, é apresentado o impacto da adoção da IFRS 15/CPC 47 no balanço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não ocorrendo impacto na demonstração do resultado do exercício na mesma data:

Balanco Patrimonial - Consolidado	2018 sem adoção do IFRS 15/CPC 47	Ajuste IFRS 15/CPC 47	2018 com adoção do IFRS 15/CPC 47
Ativo circulante	2.537.306	-	2.537.306
Ativo financeiro da concessão	554.462	(130.951)	423.511
Ativos de contrato		130.951	130.951
Outros ativos circulantes	1.982.844	-	1.982.844
Ativo não circulante	14.414.774	-	14.414.774
Ativo financeiro da concessão	5.096.294	(998.359)	4.097.935
Ativos de contrato	-	998.359	998.359
Outros ativos não circulantes	9.318.480	-	9.318.480
Passivo circulante	2.292.417	-	2.292.417
Passivo não circulante	9.679.527	-	9.679.527
Patrimônio líquido	4.980.136	-	4.980.136

Balanco Patrimonial - Controladora	2018 sem adoção do IFRS 15/CPC 47	Ajuste IFRS 15/CPC 47	2018 com adoção do IFRS 15/CPC 47
Ativo circulante	1.894.128	-	1.894.128
Ativo financeiro da concessão	311.946	(130.951)	180.995
Ativos de contrato	-	130.951	130.951
Outros ativos circulantes	1.582.182	-	1.582.182
Ativo não circulante	14.677.633	-	14.677.633
Ativo financeiro da concessão	2.929.880	(998.359)	1.931.521
Ativos de contrato	-	998.359	998.359
Outros ativos não circulantes	11.747.753	-	11.747.753
Passivo circulante	2.109.977	-	2.109.977
Passivo não circulante	9.481.648	-	9.481.648
Patrimônio líquido	4.980.136	-	4.980.136

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

A norma eliminou as categorias existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia e suas controladas passaram a reclassificá-las de acordo com a norma atual, conforme abaixo:

Consolidado	Classificação	
	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (1)	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (2)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (2)	Mantidos para negociação	Valor justo resultado
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fundos Vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Adiantamentos a Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valores a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos Vinculados a Litígios	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado
Indenizações a Receber – Transmissão	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Indenizações a Receber – Geração	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros Créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos Financeiros		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	Custo amortizado	Custo amortizado
Concessões a Pagar	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Adiantamento de Clientes	Custo amortizado	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	Valor justo resultado	Valor justo resultado

- (1) Foram reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos seus valores justos;
(2) A Companhia possui “títulos e valores mobiliários” com classificações distintas, de acordo com a IFRS 9/CPC 48

A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17

Os impactos da adoção da IFRS 15/CPC 47 e IFRS 9/CPC 48 estão refletidos nos parágrafos acima. Com relação às alterações introduzidas por esses pronunciamentos no IFRIC 12/ICPC 01 (R1), destacamos abaixo os reflexos no reconhecimento dos ativos das controladas de transmissão.

A Companhia e suas controladas não identificaram impactos significativos decorrentes das alterações nos demais pronunciamentos. Os impactos relativos à mensuração dos ativos de contrato estão descritos na nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras da Companhia de 2018.

ATIVOS DE CONTRATO

Os saldos dos ativos de contrato são como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Transmissão – ativos de indenização incorporados a base de remuneração de ativos	492.405	-	492.405	-
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	636.905	-	636.905	-
	1.129.310	-	1.129.310	-
Circulante	130.951	-	130.951	-
Não Circulante	998.359	-	998.359	-

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	-
Efeitos da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15	1.092.271
Adições	95.712
Atualização financeira	88.421
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	12.934
Recebimentos	(161.527)
Transferências para o Imobilizado	1.499
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.129.310

Atividade de Transmissão

De acordo com a IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com o cliente, os ativos vinculados a infraestrutura de concessão de transmissão foram classificados como ativos contratuais a partir de 1º de janeiro de 2018, considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela disponibilidade das linhas de transmissão, como segue:

Saldo remanescente a ser recebido através da RAP

O saldo remanescente da indenização de transmissão em função da adesão aos termos da Lei 12.783/13 no montante de R\$492.405 em 31 de dezembro de 2018 (R\$544.471 em 31 de dezembro de 2017, antes classificado como ativo financeiro) foi incorporado à Base de remuneração de ativos e está sendo recuperado via RAP.

Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a receber é de R\$636.905 (R\$547.800 em 31 de dezembro de 2017, antes classificado como ativo financeiro).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculada à performance de sua finalização e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos relacionados à formação deste ativo por meio dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passou a ser registrada como um ativo de contrato, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho.

(c) Ressalvas e Ênfases Presentes no Parecer do Auditor

Ressalvas:

Os pareceres dos auditores independentes em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não contém ressalvas.

Ênfase:

De acordo com a Resolução CFC Nº 1.233/09, se o auditor considera necessário chamar a atenção dos usuários para um assunto apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, segundo seu julgamento, tem tal importância e é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis, ele deve incluir parágrafo de ênfase no relatório, desde que tenha obtido evidência de auditoria suficiente e apropriada, de que não houve distorção relevante do assunto nas demonstrações contábeis. Tal parágrafo deve referir-se apenas a informações apresentadas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2020, constam parágrafos de ênfase conforme abaixo:

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.9, em decorrência dos efeitos de ajustes nas taxas de desconto dos fluxos financeiros dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica e respectivo efeito nas margem de construção no resultado do exercício, e em decorrência do efeito da mudança na apresentação do ativo de concessão oriundo da Lei nº 12.783/2013 (RBSE) os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparabilidade, estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 18 de dezembro de 2020 foram aprovados em Assembleia Geral de Credores os Planos de Recuperação Judicial nos termos da Lei nº11.101/05 da controlada em conjunto Renova Energia S.A. e de algumas de suas controladas, que foram homologados pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo.

A controlada em conjunto está apurando os efeitos dos planos de recuperação judicial em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os quais ainda não foram concluídos. Ainda que os planos de recuperação judicial tenham sido aprovados, existem eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2019, constam parágrafos de ênfase conforme abaixo:

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas na Companhia e em certas investidas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns dos outros acionistas dessas investidas e determinados executivos da Companhia, das investidas e desses outros acionistas. Os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses determinados investimentos e apurar tais alegações. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os julgamentos relevantes e complexidade inerentes a estes processos de investigação.

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 17 de dezembro de 2019, foi protocolado nos termos da Lei nº11.101/05 o Plano de Recuperação Judicial da controlada em conjunto Renova Energia S.A. e de algumas de suas controladas, que tramita perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo. A controlada em conjunto deverá submeter o Plano de Recuperação Judicial para aprovação da assembleia geral de credores conforme termos e prazos estabelecidos na referida Lei. A controlada em conjunto está em fase de discussão do referido plano e não mensurou, até a presente data, os possíveis efeitos sobre os seus saldos contábeis. Além disso, a controlada em conjunto vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de dezembro de 2019, apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e margem bruta negativa. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Redução ao valor recuperável de determinados investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Conforme divulgado na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas possuem investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto no montante de R\$ 4.041.565 mil e determina anualmente, ou sempre que aplicável, a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total da Companhia e de suas controladas nessas investidas. Em 2019, como resultado dessa análise, a Companhia e suas controladas entenderam existir indicativos de desvalorização dos investimentos diretos e indiretos que possuem na Madeira Energia S.A., Norte Energia S.A., Renova Energia S.A. e Guanhães Energia S.A. e, conseqüentemente, procedeu com a análise e determinação do seu valor recuperável, reconhecendo eventuais perdas, quando aplicável.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e de suas controladas, especialmente no que diz respeito aos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial, o grau de subjetividade das estimativas de valor justo utilizadas pela Administração, as quais levam em consideração premissas afetadas por condições de mercado e econômicas futuras, além da existência de certas circunstâncias específicas relacionadas a atrasos na entrada em operação e risco de continuidade de algumas investidas e controladas em conjunto.

Créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins

Conforme divulgado na nota explicativa 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas reconheceram em 2019 créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins no montante de R\$653.346 mil decorrentes do trânsito em julgado da Ação Ordinária movida pela Companhia e determinadas controladas, com decisão favorável às autoras, reconhecendo o direito destas a excluir, o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, a partir de julho de 2003.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a complexidade do tema, a necessidade de julgamento por parte da Administração, o grande volume de documentação analisada, a existência de divergências entre as decisões judiciais e o posicionamento da Receita Federal quanto à metodologia de cálculo dos créditos em questão, assim como pela ausência de precedentes e posicionamento formal do órgão regulador (ANEEL) a respeito do período para determinação do montante e da sistemática de devolução dos créditos levantados aos consumidores do segmento de distribuição.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2018, constam parágrafos de ênfase conforme abaixo:

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 14 às demonstrações financeiras, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas na Companhia, na sua controladora e em certas investidas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos desses outros acionistas. Os órgãos de Governança da controladora da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses determinados investimentos e apurar tais alegações. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação interna e conduzidas pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa 14 às demonstrações financeiras, a controlada em conjunto Renova Energia S.A. vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de dezembro de 2018, apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo e margem bruta negativa. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 14, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada em conjunto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Deve ser mencionado que as ênfases referidas acima objetivam destacar assuntos relevantes já constantes das demonstrações financeiras da Companhia, não representando nenhuma divergência dos auditores em relação às práticas contábeis da Companhia.

10.6

(a) Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;**
- ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;**
- iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;**
- iv. Contratos de construção não terminada;**
- v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos relacionados a compra de energia e arrendamentos operacionais.

Os valores informados pela Companhia, como obrigações contratuais, demonstrados na tabela a seguir, não estão integralmente incluídos no balanço patrimonial por não possuírem todas as características necessárias para o reconhecimento como passivo. Uma obrigação contratual não é reconhecida nas demonstrações contábeis quando o contrato não foi integralmente cumprido ou não apresenta condições para reconhecimento da despesa correspondente ou mesmo de um ativo relacionado.

As obrigações contratuais descritas na tabela abaixo são decorrentes de contratos com as características acima descritas (em milhares de Reais):

	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Compra de energia	4.785.984	3.911.220	3.592.817	3.502.277	3.490.504	27.831.580	47.114.382

Para maiores informações sobre as obrigações contratuais, vide nota explicativa nº 31 das demonstrações financeiras da Companhia.

Opções de venda SAAG

Foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderiam ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda é correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo até a data de exercício antecipado da opção (mais detalhes na sequência desta nota), contabilizada pelo seu valor justo por meio do resultado, mensurado pelo modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”).

Encontra-se registrado nas demonstrações financeiras um passivo no valor de R\$636.292 referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos e o vencimento da opção de venda, conforme descrito a seguir, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2019	482.841
Variação do valor justo	53.314
Saldo em 31 de dezembro de 2020	536.155
Variação do valor justo	100.137
Saldo em 31 de dezembro de 2021	636.292

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados.

Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 09 de setembro de 2020, o administrador dos FIP, Banco Modal S.A., comunicou aos cotistas sobre o início do processo de liquidação antecipada dos fundos Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em razão do decurso do prazo de 180 dias contados da sua renúncia e da renúncia do gestor do Fundo aos respectivos cargos, sem que tenha havido indicação de novos prestadores de serviço, conforme previsto no regulamento do Fundo.

Conforme estabelecido em contrato, a liquidação dos Fundos é um dos eventos que implicaria o vencimento antecipado da opção, cujo interesse de exercício foi manifestado pelas entidades de previdência complementar no período de 09 de setembro a 02 de outubro de 2020.

Entretanto, é entendimento da Administração da Companhia, manifestado aos Fundos, que as premissas e condições que fundamentaram o investimento na Santo Antônio Energia e a estrutura jurídica dos diversos contratos firmados para esse fim sofreram modificações substanciais que resultaram em desequilíbrio nas opções.

Dessa forma, utilizando-se de prerrogativa constante dos instrumentos de opção, a Companhia tentou por meio do mecanismo contratual da Via Amigável uma negociação com as entidades de previdência complementar dos termos de valoração e pagamento das opções. Devido ao insucesso negocial amigável, a Companhia invocou a cláusula de arbitragem para resolução de conflitos entre as partes, a qual encontra-se pendente de decisão pela Câmara de Comércio Brasil Canadá do estado de São Paulo.

A Administração da Companhia mantém seus registros contábeis atualizados com base nos termos de valoração das opções previstos nos contratos.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em 2021, a Companhia iniciou estudos e contratações de forma a tomar ações direcionadas à gestão prudente dos seus passivos e reduzir o risco de liquidez e de exposição à moeda estrangeira. Nesse contexto, em 19 de julho de 2021 foi iniciada a oferta de aquisição em dinheiro (“Tender Offer”), por parte da Companhia, de títulos de dívidas no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, no montante principal de até U\$500 milhões.

No âmbito da implementação da operação, em 07 e 08 de junho de 2021, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$500 milhões, apurando-se, em favor da Companhia, o valor de R\$774.409. .

Para mitigar a exposição cambial até a recompra efetiva dos títulos em moeda estrangeira, a Companhia contratou, em 04 de junho de 2021, uma proteção de curto prazo contra oscilação do dólar para o volume de US\$600 milhões, travando o dólar em R\$5,0984. O instrumento contratado foi uma NDF (Non Deliverable Forward), contrato a termo derivativo de câmbio, sem entrega física da moeda, que garantiu à Companhia uma taxa predeterminada no momento do vencimento, em 03 de agosto de 2021. Para mais informações sobre a Tender Offer, ver nota explicativa nº 20.

Em 07 de junho e 06 de dezembro de 2021 aconteceram as liquidações semestrais de juros do swap, com resultado positivo de R\$399.799 e entrada líquida de caixa de R\$339.829 para a Companhia. O valor total de realização do hedge no período, até 31 de dezembro de 2021, incluindo as liquidações parciais dos instrumentos informadas acima, foi de R\$1.174.207, com entrada líquida de caixa de R\$998.075. O resultado com a liquidação da NDF foi de R\$23.700, com entrada líquida de caixa de R\$23.699.

Para maiores informações, verificar nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10.7

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.6 deste Formulário de Referência, cuja natureza e montante ainda não foram registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia e empréstimos e financiamentos.

O impacto que tais obrigações podem ter nos resultados está demonstrado na tabela do item 10.6 deste Formulário de Referência, para cada exercício social e será reconhecido mensalmente no resultado, de acordo com sua realização.

No caso das despesas futuras com energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro em função dessas operações.

No caso das Opções de Venda, o efeito seria a aquisição dos ativos relacionados à opção de venda oferecida aos demais acionistas da SAAG, empresa que tem participação na usina de Santo Antônio.

(b) Natureza e o propósito da operação

Para uma descrição sobre a natureza e propósito de cada operação, vide item 10.6 deste Formulário de Referência.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Para uma descrição do montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência das operações não evidenciadas em nossas Demonstrações Financeiras, vide item 10.6 deste Formulário de Referência.

10.8

(a) Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Investimentos realizados pela CEMIG Geração e Transmissão S.A. (“CEMIG GT” ou “Companhia”), necessários para atender as exigências da ANEEL, manter a confiabilidade, qualidade e disponibilidade, em bases seguras, das instalações de geração e transmissão e mitigar passivos ambientais.

Nos próximos 3 (três) anos, a CEMIG GT, deverá investir cerca de **R\$3.904,34 milhões**, conforme demonstrado a seguir:

Atividade	(Valores em R\$ milhões)	2022	2023	2024	Total
Programa Básico (1)		574,34	1.757,00	1.573,00	3.904,34
Geração		245,61	1.200,00	1.145,00	2.590,61
Transmissão		328,73	557,00	428,00	1.313,73
Aportes Geração (2)					
Total Geral (1) + (2)		574,34	1.757,00	1.573,00	3.904,34

- (1) Valores estimados, arredondados, em moeda corrente, contemplando os investimentos básicos para manter as rotinas da CEMIG GT. Tais investimentos incluem itens como: reformas físicas em ativos existentes; reforços e operação de sistemas elétricos; segurança de pessoas e instalações; meio ambiente; infraestrutura de apoio abrangendo instalações prediais, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, segurança patrimonial e industrial, telecomunicações, sistemas de informática, microinformática e veículos.
- (2) A informação constante na tabela acima reflete as atuais expectativas da CEMIG GT. A Companhia não tem como assegurar que seu plano de investimentos será implementado conforme acima descrito, podendo sofrer mudanças ao longo de sua implementação.
- (3) A informação constante na tabela acima não inclui os desembolsos com pesquisa e desenvolvimento e com eficiência energética (tratados pelas áreas responsáveis) exigidos das empresas do setor elétrico, cujos recursos, cobrados na tarifa, são administrados em programas administrados à parte pelas empresas.
- (4) Os montantes planejados para os anos de 2022, 2023 e 2024 não incluem investimentos em aquisições e outros projetos não remunerados pela autoridade concedente, que não são reconhecidos nos cálculos de tarifas feitos pela ANEEL (Agente regulador).

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A CEMIG GT, com o suporte de sua controladora, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), espera realizar os investimentos acima descritos por meio de recursos próprios, emissão de títulos e valores mobiliários e empréstimos bancários para refinanciamento de dívidas.

iii. Desinvestimentos relevantes

Atualmente, a estratégia do Grupo CEMIG para as participações visa a maximização de valor e a reciclagem de capital baseada em três pilares:

- Desinvestimentos: ativos não estratégicos e com baixa sinergia e ofertas oportunistas;
- Expansão: por meio de empresas específicas e renovação das concessões de algumas usinas;

- Gestão: aproveitamento de sinergias, estrutura de capital e política de distribuição, aprimoramento da governança.

Os pilares acima podem ser afetados por fatores externos, especialmente o desinvestimento, tendo em vista riscos específicos associados a cada negócio, tais como desempenho (técnico, operacional, comercial e financeiro), riscos de mercado, riscos setoriais, riscos macroeconômicos de âmbito nacional e internacional (por exemplo, volatilidade do mercado). Além disso, a conclusão das operações de desinvestimento depende da evolução favorável das negociações com os potenciais investidores, de acordo com as condições das transações possíveis.

Desinvestimento na Renova Energia S.A.

Em 11 de novembro de 2021, a Cemig GT celebrou instrumento de Compra e Venda de Ações, Cessão Onerosa de Créditos e Outras Avenças (“Contrato”) com o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda. (gestora do grupo ANGRA PARTNERS), para (i) alienar a totalidade de sua participação societária detida no capital social da Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova”), e a (ii) ceder de forma onerosa a totalidade de seus créditos detidos em face da Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova Comercializadora”), pelo valor total de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). O Contrato prevê o direito ao recebimento de earn-out pela Cemig GT, condicionado a eventos futuros (“Transação”). O fechamento da Transação, previsto para ocorrer no 1º semestre de 2022, está sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais em transações similares, conforme previstas no respectivo Contrato, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes, dos credores detentores de garantias reais listados no Plano de Recuperação Judicial da Renova e de contrapartes em determinados contratos comerciais.

- (b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.**

Investimentos em Geração de Energia Elétrica

Projeto Poço Fundo

Em 13 de fevereiro de 2019 a Aneel, por meio da Resolução Autorizativa nº 7.598, concedeu prorrogação da concessão da PCH Poço Fundo até maio de 2045, prorrogação condicionada à ampliação das unidades geradoras.

No dia 06 de janeiro de 2020, foram iniciadas as obras de ampliação da capacidade de geração da PCH Poço Fundo, ao custo aproximado de R\$150 milhões, com previsão de operação comercial no primeiro semestre de 2022.

UFV Boa Esperança

Foi autorizado pelo Conselho de Administração da Cemig GT, em outubro de 2021, o investimento para implantação da Usina Fotovoltaica Boa Esperança de geração centralizada, com 85MW de potência instalada em inversor, localizada no município de Montes Claros, em Minas Gerais. A previsão de implantação da usina é de 14 meses, com energização prevista para o quarto trimestre de 2022.

UFV Jusante

Em dezembro de 2021, foi autorizado pelo Conselho de Administração da Cemig GT o investimento para implantação da Usina Fotovoltaica Jusante de geração centralizada, com 70MW de potência instalada em inversor, localizada no município de São Gonçalo do Abaeté, em Minas Gerais. A previsão de implantação da usina é de 15 meses, com energização prevista para meados de 2023.

Os investimentos em geração realizados pela Cemig GT em 2021 foram de R\$164 milhões.

Investimentos em Transmissão de Energia Elétrica

No que se refere ao negócio de transmissão, a definição das regras de indenização dos ativos nos anos anteriores nos garantiu um fluxo de caixa estável para os próximos anos que permitiu ampliar o Programa Plurianual De Investimentos para a CEMIG GT de R\$1,1 para R\$1,7bilhões nos próximos 5 (cinco) anos, que viabilizará, no futuro, a agregação de novas receitas decorrentes desses investimentos, e a mitigação de importantes riscos para a operação do sistema.

Os investimentos em 2021 foram de R\$ 191milhões.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;**
- ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;**
- iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Programa de Pesquisa & Desenvolvimento

Em 2021 a CEMIG GT executou 28 () projetos de P&D, resultando em um investimento de mais de R\$ 15,9 milhões, em uma variedade de temas, cujos destaques estão a seguir:

- Integridade ecológica de lagoas marginais para conservação da biodiversidade do rio São Francisco;
- Plataforma de Gestão de Ativos da Cemig Geração e Transmissão;
- Importância de trechos de rios livres para o contexto ambiental em regiões de barramento: integrando novas tecnologias para estudo da ictiofauna;
- Controle do Mexilhão Dourado: Bioengenharia e Novos Materiais para Aplicações em Ecossistemas e Usinas Hidrelétricas-Fase 2;

10.9

Responsabilidade Social

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Companhia é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local.

Alguns projetos de destaque no ano de 2021 são:

Programa Proximidade: criado pela Cemig para estreitar o relacionamento e, em conjunto com outros programas, levar conhecimento técnico e promover o desenvolvimento social das comunidades próximas às usinas sob sua concessão. São promovidos encontros, em que especialistas da empresa fazem palestras técnicas e objetivas para esclarecer aspectos operativos de reservatórios e barragens (segurança operacional e estrutural), tratativas dos Planos de Ação de Emergências (PAEs) das barragens, além de divulgar as ações socioambientais dos empreendimentos.

Em 2021, ano ainda impactado pelas restrições sanitárias para convivência com a pandemia da Covid-19, as reuniões com as comunidades do entorno aconteceram na modalidade “virtual”. Foram realizados 5 webnários, com discussões focadas na “Crise Hídrica de 2021” em relação aos empreendimentos Nova Ponte, Emborcação, Irapé, Queimado e Rosal. A bandeira do Programa Proximidade também se fez presente nas reuniões e oficinas “virtuais” da integração dos PAEs - Planos de Ação de Emergência das barragens aos PLANCONs (Planos de Contingência Municipais), junto às defesas civis municipais.

Ainda em 2021, foram realizadas 40 reuniões/oficinas com Órgãos da Defesa Civil (COMPDECs) de 52 municípios, realizando a entrega oficial (ou atualização) dos PAEs das barragens, apresentando os estudos de propagação das manchas de Inundação para cenários de ruptura e cheias excepcionais, com indicativos de determinação de pontos de encontro e rotas de fuga.

Programa de Apadrinhamento: consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente, via depósitos bancários. Em 2021, 174 instituições receberam aproximadamente R\$61 milhões em doações.

Programa AI6%: o programa incentiva empregados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2021 do AI6% envolveu a participação de 1.300 empregados que, voluntariamente, destinaram R\$1 milhão, com o intuito de beneficiar cerca de 20 mil crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos pelas 157 instituições participantes. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela Companhia foi de R\$1,3 milhão. No total, foram destinados R\$2,3 milhões para entidades distribuídas em 79 municípios da área de influência da Empresa.

Programa de Voluntariado Empresarial: O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas.

O programa Você - Voluntariado Cemig engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. Estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social. O Você busca incentivar a participação através de ações transformadoras propostas por empregados na plataforma de voluntariado.

Unidos pela Vacina: esse movimento nasceu com o objetivo de tornar viável a vacinação de todos os brasileiros contra Covid-19 até setembro de 2021. A Cemig aderiu ao movimento, composto por diversas empresas, entidades e sociedades civis organizadas, que teve como objetivo adotar municípios, apoiando no fornecimento de insumos, logística e materiais para auxiliar no processo de vacinação. Entre as várias ações realizadas, a Cemig disponibilizou veículos e pessoal para contribuir com a iniciativa. No total foram 329 voluntários que disponibilizaram 1.391 horas auxiliando na aceleração da vacina.

Além das ações assistencialistas, a Cemig continua investindo em ações online de transformação social, projetos que beneficiam jovens de comunidades, alunos de escolas públicas e mulheres em situação de vulnerabilidade social de Minas Gerais.

Em 2021, o Programa de Voluntariado divulgou um total de 28 ações, entre elas, ações assistencialistas, informativas, doações de itens, doações financeiras, ações propostas pelos empregados e ações de transformação social. Participaram das ações como voluntários(as) 513 empregados, totalizando mais de 2.000 horas de atuação voluntária pela força de trabalho do Grupo Cemig.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a empresa com maior investimento em cultura em Minas Gerais, com investimentos em 2021 de R\$2,6 milhões em 4 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Saúde

A Cemig GT investiu R\$636 mil na Apae, por meio de projetos de assistência à saúde por dois anos, os quais incluem fisioterapia e assistência continuada à população portadora de deficiência.

Em função da pandemia do Covid-19, a Cemig aderiu ao programa Unidos pela Vacina, movimento que reúne empresas, associações, ONGs e entidades da sociedade civil com a finalidade de tornar viável a vacinação de toda a população brasileira. A Cemig está doando a 424 cidades mineiras, insumos que ajudam na organização do processo de imunização, beneficiando cerca de 7 milhões de habitantes residentes nestes municípios. Os equipamentos doados foram câmaras frias, refrigeradores *frost free*, caixas térmicas de poliuretano e *freezers* horizontais, dentre outros.

Com a utilização dos veículos da Cemig, os voluntários também levaram técnicos de saúde das prefeituras para vacinar os idosos acamados e a população em zona rural e/ou locais de difícil acesso.

Esportes:

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig lançou uma chamada pública em 2021 para selecionar projetos voltados à prática de esporte, aptos à captação de recursos via leis federal ou estadual de Incentivo ao Esporte. Foram recebidos 173 projetos ao todo (116 do edital federal e 57 do edital estadual) e destinados aproximadamente R\$2 milhões para os projetos mais bem avaliados.

Fundo do Idoso:

No contexto do aumento da longevidade e consequente maior representatividade na população das pessoas acima de 60 anos, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia também o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual do Idoso do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Em 2021 foi lançado um edital de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais. Foram recebidos 48 projetos e foi destinado aproximadamente R\$1,3 milhão para os projetos mais bem avaliados.



Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
10º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfases

Reapresentação da divulgação dos segmentos operacionais

Conforme mencionado na nota explicativa 5, em decorrência da mudança na estrutura de segmentos operacionais, a Companhia ajustou a divulgação de segmentos operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como previsto na NBC TG 22 – Informações por Segmento (IFRS 8 – Operating Segments). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A e coligada Madeira Energia S.A.

Conforme descrito na nota explicativa 30 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada em conjunto Renova Energia S.A., atualmente classificada como um ativo não circulante mantido para venda, encontra-se em processo de recuperação judicial desde 2020. Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a coligada Madeira Energia S.A. apresenta capital circulante líquido negativo, além de existirem circunstâncias que demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou dos seus outros acionistas, havendo ainda circunstâncias específicas em que estão previstas obrigações dos sócios estabelecidas em acordos de acionistas. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A. e da Madeira Energia S.A. Nossa opinião não contém modificação em relação a esses assuntos.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 14 e 33 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia, na sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig e em determinadas investidas, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos da Companhia e desses outros acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Infraestrutura da concessão

Conforme divulgado nas notas explicativas 12, 13 e 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem registrados ativos financeiros, ativos de contrato e intangíveis da concessão nos montantes de R\$ 3.608.403 mil, R\$4.276.982 mil e R\$ 1.112.912 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

Na geração, o ativo financeiro da concessão está representado pelas bonificações pela outorga das usinas de geração de energia hidrelétricas loteadas em 2016 e pela parcela dos investimentos efetuados pela controlada e que não foi completamente amortizada ao final do prazo de concessão, e será indenizada pelo poder concedente, no montante de R\$ 816.202 mil. O ativo intangível da geração, está representado, principalmente, pelo valor justo do direito de outorga das usinas hidrelétricas registrado em 2021 em função da repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF) que levou a extensão do prazo de concessão, no montante de R\$ 966.065 mil.

A determinação dos gastos que se qualificam como investimentos na infraestrutura da concessão e que são passíveis de indenização, impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro das concessões de geração.

O reconhecimento do ativo de contrato de concessão e da receita da infraestrutura de transmissão, requer o uso de estimativas e julgamentos por parte da diretoria sobre: (i) o momento que se obtém o controle do ativo, (ii) os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, (iii) as margens esperadas em cada obrigação de performance identificada, (iv) a projeção das receitas esperadas e, (v) a taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do intangível, ativo financeiro indenizável e ativos de contrato das concessões um assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia e suas controladas sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria, mensuração do ativo financeiro indenizável da concessão de geração e da receita de contrato com cliente do segmento de transmissão, incluindo os controles sobre a revisão pela diretoria das premissas significativas subjacentes à mensuração e contabilização destes ativos; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção e dos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) envolvimento dos nossos especialistas internos, para avaliação das premissas relevantes utilizadas na modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto utilizada, assim como para revisão das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos de projetos em construção; (iv) análise dos impactos oriundos da nova Receita Anual Permitida (RAP); (v) avaliação do custo histórico de formação do ativo financeiro da concessão de geração, análise das previsões regulatórias para sua indenização e acompanhamento das consultas públicas e discussões realizadas entre a Companhia e o poder concedente sobre o tema; (vi) análise da modelagem financeira e metodologia utilizada para mensuração do ativo intangível da geração relacionado a repactuação do risco hidrológico, e se a mesma está em conformidade com determinado pelo órgão regulador; e (vii) avaliação das premissas relevantes e do prazo de extensão das usinas hidrelétricas determinado por meio da inspeção de resoluções homologatórias emitidas pelo órgão regulador. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre esse assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as estimativas preparadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 12, 13 e 16, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas e controladas em conjunto

Conforme divulgado nas notas explicativas 14 e 30 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes em investimentos em coligadas e controladas em conjunto, registrados pelo método de equivalência patrimonial ou classificados como ativos mantidos para venda, e determina anualmente, ou sempre que aplicável, a necessidade de registrar perda por redução ao valor recuperável desses investimentos. Adicionalmente, para os casos em que o saldo contábil da participação é reduzido a zero é feita uma provisão para perdas adicionais na extensão das obrigações contratuais assumidas pela Companhia junto à investida, seus outros acionistas e/ou credores.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e de suas controladas, especialmente no que diz respeito aos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial, o grau de subjetividade das

estimativas de valor justo utilizadas pela diretoria, as quais levam em consideração premissas afetadas por condições de mercado e econômicas futuras, além da existência de certas circunstâncias específicas relacionadas sentenças arbitrais proferidas, a atrasos na entrada em operação e risco de continuidade de algumas investidas e controladas em conjunto.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise do processo e controles implementados pela diretoria para identificação de indicativos de *impairment* dos investimentos e cálculo do seu valor recuperável líquido, quando aplicável, incluindo os controles sobre a revisão pela diretoria das premissas significativas subjacentes à determinação do valor justo; (ii) avaliação das premissas significativas utilizadas para estimar o valor justo; comparando as premissas significativas usadas para estimar os fluxos de caixa com as tendências econômicas e da indústria; comparando informações relevantes utilizadas com os dados operacionais da Companhia e realizando análises de sensibilidade para avaliar a estimativa do valor justo; (iii) envolvimento dos nossos especialistas de *valuation* para auxiliar na avaliação da taxa de desconto usada no cálculo do valor justo; (iv) avaliação da necessidade e mensuração da provisão para perdas adicionais na extensão das obrigações contratuais assumidas pela Companhia para os investimentos em coligadas e controladas em conjunto cujo saldo contábil de participação é reduzido a zero; e (v) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos investimentos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 14 e 30, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 14 e 33 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia, na sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig e em determinadas investidas. Ao final de 2020, os órgãos de governança da sua controladora autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos e apurar alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) sobre eventuais irregularidades em processos licitatórios de compras. Adicionalmente, em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado e encaminhado às autoridades públicas o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquéritos instaurada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria tendo em vista o grau de julgamento e complexidade inerentes a estes processos de investigação interna e conduzidos por autoridades públicas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) análise do processo e controles implementados pela Companhia para identificação de descumprimento das leis e regulamentos (ii) revisão do relatório de investigação interna independente emitido por empresa especializada contratada pela Companhia; (iii) compreender e avaliar as principais ações da diretoria e dos órgãos de governança em relação a tais alegações; (iv) realizar discussões sobre o assunto junto ao Comitê de Auditoria, aos membros da Comissão de investigações (CEI), bem como com a área de Compliance e Auditoria Interna; (v) realizar testes de transações não usuais; (vi) envolvimento dos nossos profissionais de *forensics* para auxiliar em nossa avaliação dos procedimentos e conclusões da investigação interna; e (vii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os procedimentos adotados e avaliação realizada pela diretoria, assim como as respectivas divulgações incluídas em notas explicativas 14 e 33, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Shirley Nara S. Silva'.

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

ANEXO 6

Candidatos indicados ao Conselho de Administração.

ICVM 480/09 – Anexo 24 – Itens 12.5 a 12.10

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
MEMBROS
Márcio Luiz Simões Utsch – Presidente
Jaime Leoncio Singer
Marcus Leonardo Silberman
José Reinaldo Magalhaes
Afonso Henriques Moreira Santos
Ricardo Menin Gaertner
Marcelo Gasparino da Silva
Roger Daniel Versieux
Paulo Cesar de Souza e Silva
José João Abdalla Filho
Anderson Rodrigues *

* Trata-se de conselheiro eleito pelos empregados em processo eleitoral próprio.

12.5	Márcio Luiz Simões Utsch	
a. nome		
b. data nascimento		09/02/1959
c. profissão		Advogado
d. CPF ou passaporte		220.418.776-34
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro de Administração
f. data de eleição		29.04.2022
g. data da posse		29.04.2022
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Conselheiro de Administração
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Sim – IBGC/Dow Jones
l. número de mandatos consecutivos		2
m. Informações sobre:		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Conselheiro de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG desde 25 de março de 2019; Presidente (CEO) Alpargatas S/A de 27 de outubro de 1997 a 31 de dezembro de 2018.	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Conselheiro da HapVida; Conselheiro do Martins; Conselheiro da SBF; Advisory Board: Bauducco e Grupo Mantiqueira.	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	É membro do Comitê de Estratégia e Finanças – COMEF (Não estatutário)	

<p>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</p>	<p>100% de participação nas reuniões do COMEF.</p>
<p>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>	
<p>a. administradores do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>	
<p>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</p>	<p>Não</p>
<p>b. controlador direto ou indireto do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</p>	<p>Não</p>

12.5	Jaime Leoncio Singer
a. nome	
b. data nascimento	03/01/1966
c. profissão	Economista
d. CPF ou passaporte	352.705.005-15
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	Sim – Dow Jones
l. número de mandatos consecutivos	0
m. Informações sobre	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Executivo “C- Level” em Companhias de Capital Aberto (2013-2019) CIELO S.A. – Pagamentos/Adquirência (2016-2019); e MARFRIG GLOBAL FOODS - Alimentos/Agronegócio/Proteína Animal (2013-2015). Mandatos em curso: (i) Neoway – Soluções em Big Data e Inteligência Artificial (Ago 2021 – presente) - Membro do Conselho de Administração; (ii) Taesa– Transmissora A.de Energia Elétrica/Transmissão Energia Elétrica (Abr 2021 – presente) - Membro do Conselho de Administração indicado pela acionista Cemig, Coordenador do Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos; (iii) Naturgy/CEG – Infraestrutura/Distribuição de gás (Dez 2020 -presente) Membro Independente do Conselho de Administração; (iv) Transpetro-Logística/Infraestrutura e transporte de óleo e gás (Nov 2020 – presente) - Membro Independente do Conselho de Administração; (v) Adubos Araguaia – Fertilizantes, Sementes e Varejo (Nov 20 – Presente) - Membro Independente Conselho Consultivo; (vi) Centoflora – Fitofármacos (Abr 17 – presente) - Membro Independente Conselho Consultivo .
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não exerce
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Marcus Leonardo Silberman	
a. nome		
b. data nascimento		06/08/1962
c. profissão		Engenheiro
d. CPF ou passaporte		812.435.887-72
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro de Administração
f. data de eleição		29.04.2022
g. data da posse		29.04.2022
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Sim – IBGC/Dow Jones
l. número de mandatos consecutivos		0
m. Informações sobre:		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	1-Codemge - Conselho de Administracao, de Março 2021-Presente; 2- Itiquira Acquisition Corp (NASDAQ: ITQRU), Chief Financial Officer, de Fevereiro 2021-Presente; 3 - CH Global Capital, Sócio, de Abril 2019-Presente; 4 – Bank of America, Managing Director, Co-Head Latin America M&A, de Setembro 2014-Março 2019; 5 - Credit Suisse - Managing Director, Co-Head Emerging Markets M&A, Janeiro 2011-Setembro 2014; Managing Director, Head of Latin America M&A, Janeiro 2006 – Dezembro 2010, Director, M&A Group, January 2003 – Dezembro 2005; Vice-President, M&A Group, January 2000 – Dezembro 2002. .	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo		
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	É membro do Comitê de Estratégia e Finanças – COMEF (Não estatutário)	

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários ²⁵ , informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	José Reinaldo Magalhães	
a. nome		
b. data nascimento		06/01/1956
c. profissão		Economista
d. CPF ou passaporte		227.177.906-59
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro de Administração
f. data de eleição		29.04.2022
g. data da posse		29.04.2022
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Conselheiro de Administração
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Sim - Dow Jones
l. número de mandatos consecutivos		2
m. Informações sobre		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Conselheiro de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais desde 25 de março de 2019; Membro do Conselho de Administração da Jereissati Participações S.A. desde abril/2017.	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Conselheiro de Administração - Jereissati Participações S.A. – Setor Shopping Center	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	É membro do Comitê de Recursos Humanos – CRH e do Comitê de Estratégia e Finanças - COMEF (não estatutário)	

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Afonso Henriques Moreira Santos	
a. nome		
b. data nascimento		01/04/1957
c. profissão		Engenheiro Eletricista
d. CPF ou passaporte		271.628.506-34
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro de Administração
f. data de eleição		29.04.2022
g. data da posse		29.04.2022
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Sim – IBGC/Dow Jones
l. número de mandatos consecutivos		1
m. Informações sobre:		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Professor (aposentou-se como professor titular) da Universidade Federal de Itajubá de 02/01/1980 a 31/03/2016; Sócio/engenheiro (consultoria e projeto) da iX Estudos e Projetos Ltda. de 30/10/2007 a 30/04/2019; Conselheiro Light S.A./Conselho de Administração de 30 de abril de 2019 a 11 de dezembro de 2019.	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Nenhum cargo de Administração.	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	É membro do Comitê de Auditoria Estatutário.	

<p>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</p>	<p>100%</p>
<p>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>	
<p>a. administradores do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>	
<p>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</p>	<p>Não</p>
<p>b. controlador direto ou indireto do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</p>	<p>Não</p>

12.5	
a. nome	Ricardo Menin Gaertner
b. data nascimento	20/06/1975
c. profissão	Advogado
d. CPF ou passaporte	253.726.208-54
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Conselheiro de Administração
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	
l. número de mandatos consecutivos	0
m. Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Desde JUN/2019, Sócio da BARBOSA E GAERTNER ADVOGADOS ASSOCIADOS * Investigações independentes em companhias, relacionadas a processos de IPO / private placement. * Montagem e revisões periódicas de programas de compliance. * Assessoria jurídico-regulatória em processos de revisão tarifárias de serviços públicos concedidos. * Modelagem jurídica de marcas próprias no varejo, envolvendo questões societárias, tributárias e contratuais. * M&A sell-side de gestora de recursos de terceiros. * Operações imobiliárias complexas. Presta serviços jurídicos-regulatórios para a Iguá Saneamento S.A., controladora de 18 concessionárias de serviços públicos de água e esgotamento sanitário. NOV/2019 – Consultor da FIPECAFI – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS * Processos de revisão tarifária de concessionárias de serviços públicos. * Processos de reequilíbrio econômico-financeiro de tarifas de serviços públicos. * Auditoria em contratos de concessão. * Modelagem jurídico-regulatória de processos de privatização de serviços públicos. Presta assessoria regulatória para a EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento. DIRETOR JURÍDICO da J&F INVESTIMENTOS S.A., de Mar/2014 – Out/2018 * Gestão de estrutura societária do Grupo J&F, com dezenas de entidades jurídicas, on-shore e off-shore, em diferentes linhas de negócio, incluindo financeiro, celulose, mídia, higiene e limpeza, infraestrutura, laticínios e calçados. * Gestão do relacionamento societário com os ativos investidos e com acionistas: assembleias, reuniões de conselho de administração, orientações de voto, conforme regras de governança, accountability, reports, demonstrações financeiras e auditorias independentes. * Aquisições primárias e secundárias de ativos de infraestrutura: (i) M&A buy-side de usina térmica; (ii) licitação para construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica; (iii) licitação para construção e operação de parques de energia eólica, com posterior execução de seguros down payment e performance bond; (iv) licitação para O&M de rodovia; e (v) licitação para concessão de serviços de saneamento básico. * Projeto greenfield no segmento financeiro de meios de pagamento. * Gestão de contencioso: (i) carteira de recuperação de crédito; (ii) contencioso ativo e passivo estratégico; (iii) arbitragens nacionais e internacionais ligadas a operações de M&A; (iv) trabalhista; e (v) contencioso de massa e metodologia de provisão de passivos. * M&A sell-side de controle de 2 ativos, e de stake não-controlador de 1 ativo, no segundo semestre de 2017, no valor total de USD3,5 Bi. * Ofertas públicas de alienação de controle e de delisting. * Operações jurídicas com mercado financeiro (crédito e seguro) e de capitais. * Gestão de crise:

	(i) ações populares e ações civis públicas; (ii) arbitragens societárias; (iii) relacionamento institucional com MPF e Poder Judiciário; (iv) comunicação corporativa; (v) investigações internas e auditorias shadow. PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Ago/2017 – Dez/2018 * Cumprimento das obrigações do acordo de leniência da J&F. * Programa de desinvestimento da J&F. * Negociação com acionistas de ativos relevantes. DIRETOR PRESIDENTE Ago/2017 – Nov/2017 * Homologação do acordo de leniência da J&F perante o Poder Judiciário. * Estabelecimento das Instruções iniciais para o cumprimento do acordo de leniência da J&F.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	n/a
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	n/a
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	Não

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Marcelo Gasparino da Silva
a. nome	
b. data nascimento	13/02/1971
c. profissão	Advogado
d. CPF ou passaporte	807.383.469-34
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Conselheiro de Administração
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	Sim – IBGC/DJSI
l. número de mandatos consecutivos	2
m. Informações sobre:	

<p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>Advogado graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina e Especialista em Administração Tributária Empresarial pela ESAG. Treinamento executivo em fusões e aquisições na London Business School, e no CEO FGV (IBE/FGV/IDE). Professor da Fundação ENÁ – Escola de Governo para certificação de administradores de empresas estatais e sociedades de economia mista. Nos últimos 10 anos atua como conselheiro de administração independente em companhias abertas, com mais de 30 mandatos, sendo 6 anos como Presidente de Conselho de Administração. É Presidente do Conselho de Administração da ETERNIT desde 2017, Conselheiro de Administração VALE desde 2020, da CEMIG desde 2016 e membro do Conselho de Administração da PETROBRAS desde 2021. É Coordenador do Comitê de Sustentabilidade da VALE indicado por José Luciano Penido, até então coordenador e que foi eleito Chairman. É membro do Comitê de Finanças e Estratégia da CEMIG, Coordenador do Comitê de Geração Fotovoltaica da ETERNIT. É membro dos comitês de Investimentos, de Auditoria das empresas controladas do Conglomerado Petrobras e de Representates de Minoritários da Petrobras. Com passagens pelos setores mineração e siderurgia, óleo & gás, petroquímico, logística, geração, transmissão e distribuição de energia, distribuição de gás natural, transformação do aço, indústria de base, construção civil, coberturas para construção civil inclusive com geração fotovoltaica, armazenagem e saneamento básico adquiriu competências, capacidades e conhecimentos, skills que permitem contribuir nas mais diversas matérias e estratégias que são tratadas nos conselhos que participa, tais como turnaround, ESG, estrutura de capital, merger & acquisitions, venda de ativos non core, reestruturação financeira de companhias em crise, incluindo recuperação judicial, sucessão de executivos, questões jurídicas de alta complexidade e a liderança no enfrentamento que crises de impacto global como a COVID-19. É Conselheiro de Administração Certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC desde 2010. Iniciou sua carreira executiva como Diretor Jurídico-Institucional da CELESC (2007-2009); Foi Presidente do Conselho de Administração da USIMINAS durante o auge da crise econômica de 2015-16 em meio ao maior conflito societário brasileiro, com suas ações chegando a valer R\$ 0,85 em janeiro de 2016 e superando R\$ 4,00 em abril, após importante atuação do Conselho. Em abril de 2017, assumiu a Presidência do Conselho de Administração da ETERNIT para liderar seu turn around com a eleição de uma nova diretoria, mas no mesmo ano a Companhia sofreu importante revés em questão jurídica que banuiu o uso do Amianto Crisotila no Brasil, e que acabou dragando-a para um Processo de Recuperação Judicial a partir de 2018. Liderando o board no complexo momento atuou para que a Eternit buscasse um novo negócio na área de energia fotovoltaica, sendo lançadas as telhas fotovoltaicas Eternit Solar e a Tégula Solar, incluindo no seu portfólio produto com tecnologia e inovação. Nos últimos 12 meses a ETER3 foi uma das três ações que mais valorizaram na B3, e seus resultados, após 5 exercícios com prejuízo, tiveram os seguintes destaques: a. Pessoas-atenção e manutenção dos empregos; b. Lucro Líquido de R\$ 158.7mm; c. Receita Líquida com crescimento de 40%; d. Margem Bruta de 33%; e. Caixa Líquido de R\$ 14.8mm. A Eternit encerrará sua recuperação judicial em 2021. Foi membro dos conselhos de Administração da Bradespar (2015-16), Battistella (2016-17), Casan (2019), Celesc (2011-14 e 2018-19), Eletrobras (2012-14 e 2016), Eletropaulo (2016-18), Gasmig (2020-21), Kepler Weber (2017-20) Technisa (2012-14) e Usiminas (2012-16). Foi conselheiro fiscal da AES TIETÊ (2013-14), BRADESPAR (2014-15), BRASKEM (2018-19) e PETROBRAS (2018-21). Desde 2004, seu lançamento, é o mais antigo Consultor Externo do Prêmio Innovare (http://www.premioinnovare.com.br/). Exerceu a Advocacia por 15 anos, de 1995 a 2010.</p>
<p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.</p>	<p>Presidente do Conselho de Administração da Eternit S.A.; Conselheiro de Administração da Vale S.A.; Conselheiro Fiscal da Petróleo Brasileiro S.A. -Petrobrás</p>
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>	
<p>i. qualquer condenação criminal</p>	<p>Não</p>

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	É membro do Comitê de Estratégia e Finanças – COMEF (Não estatutário)
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Sim, Conselheiro de Administração da Gasmig de Junho/2020 a Fevereiro/2021.
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Paulo Cesar de Souza e Silva
a. nome	
b. data nascimento	08/10/1955
c. profissão	Economista
d. CPF ou passaporte	032.220.118-77
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	Sim – IBGC/DJSI
l. número de mandatos consecutivos	0
m. Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Diretor Presidente Embraer - 1997-2019 Conselheiro Petrobras - 2020 - 2021 Conselheiro no Grupo Água Branca - desde 2019.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	É membro do Comitê de Recursos Humanos – CRH (Não estatutário)
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	
a. nome	Roger Daniel Versieux
b. data nascimento	20/02/1975
c. profissão	Advogado
d. CPF ou passaporte	000.072.546-36
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	Sim
l. número de mandatos consecutivos	0
m. Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Advogado, há 21 anos, atuando em contencioso e consultoria em advocacia corporativa e pública, nas áreas do direito administrativo, ambiental, tributário e direito penal econômico, em especial, no setor minerário, infraestrutura e sindicatos; Assessor Jurídico concursado da Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural de Minas Gerais - EMATER-MG. (2005 à 2008), tendo atuado no âmbito do Direito Público, com ênfase em licitações, gestão de pessoas no quadro administrativo, contratos públicos e suporte jurídico à diretoria da empresa estatal; Advogado Sênior da Vale S/A (2013); Advogado dativo, desde o ano 2010, para pessoas hipossuficientes economicamente junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Professor concursado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. (2009 à 2013), tendo lecionado nas cadeiras de Processo Penal e Civil, Contratos, Direito Internacional Privado e Ética; Professor Responsável do Núcleo de Prática Jurídica da UFMS. (2010 à 2011); e Professor de Curso de Pós Graduação no Centro de Direito Internacional – Cedin, Belo Horizonte. (2016 e 2020).
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	Não
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	José João Abdalla Filho
a. nome	
b. data nascimento	30/05/1945
c. profissão	Economista
d. CPF ou passaporte	245.730.788-00
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	Sim – IBGC/DJSI
l. número de mandatos consecutivos	1
m. Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Conselheiro de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG desde 25 de março de 2019; Diretor Presidente do Banco Clássico S.A. desde 1989; Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG; Diretor-Presidente da Dinâmica Energia S.A desde 2006.; Diretor-Presidente da J Jupem S.A. Participações e Empreendimentos desde 1995; Diretor-Presidente da Socal S.A. Mineração e Intercâmbio Comercial e Industrial desde 1982.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Banco Clássico S.A. – Presidente; Dinâmica Energia S.A. – Presidente; Jupem S.A. Participações e Empreendimentos – Presidente; Navegação Porto Morrinho S.A. – NPM – Presidente; Agro Imobiliária Primavera S.A – Presidente; Socal S.A. Min. Int. Coml. Industrial – Presidente; CEG – Cia. Distribuidora de Gás do RJ – Suplente do Conselho de Administração TAESA – Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	Não
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

ANEXO 7

Candidatos indicados ao Conselho Fiscal

ICVM 480/09 – Anexo 24 – Itens 12.5 a 12.10

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTEs
Gustavo de Oliveira Barbosa	Igor Mascarenhas Eto
Fernando Scharlack Marcato	Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna
Elizabeth Jucá e Mello Jacomet	Fernando Passalio de Avelar
Michele da Silva Gonsales Torres	Ronaldo Dias
João Vicente Silva Machado	Ricardo José Martins Gimenez

12.5	Gustavo de Oliveira Barbosa	
a. nome		
b. data nascimento		13/11/1965
c. profissão		Contador
d. CPF ou passaporte		494.126.476-20
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro Fiscal
f. data de eleição		29.04.2022
g. data da posse		29.04.2022
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Sim – IBGC/DJSI
l. número de mandatos consecutivos		2
m. Informações sobre:		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.		Técnico Bancário Novo lotado na Superintendência Regional – segmento Pessoa Jurídica Pública na Caixa Econômica federal; Consultor na Barbosa & Mello Consultoria em 2019 e Secretário de Estado de Fazenda do Estado de Minas Gerais - 2019; Secretário de Estado de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro de 2016 a 2018; Diretor Presidente do FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Rioprevidência de 2010 a 2016.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%	

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável.
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	
a. nome	Igor Mascarenhas Eto
b. data nascimento	23/11/1991
c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou passaporte	107.944.856-00
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	Sim – IBGC
l. número de mandatos cumpridos	1
m. Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: - nome e setor de atividade da empresa - cargo - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Secretário de Estado de Governo de Minas Gerais - Gestão 2019 / 2022- Março/2020 até a presente data; Secretário Geral de Governo do Estado de Minas Gerais – Gestão 2019 /2022 - Janeiro/2019 – Março/2020; Coordenador de Administração Campanha Romeu Zema Governador –Agosto/ 2018 – Outubro/2018; Secretário de Finanças Partido NOVO – BH Abril/2017 até Abril/2019; Gerente de Projetos 2LM Consultoria e Treinamento - Belo Horizonte, MG – Março/2016 –Dezembro/ 2017 Líder de expansão partidária da RMBH – Agosto/2017 até agora; Palestrante oficial do Partido NOVO, palestrante de Liberalismo e Palestrante de empreendedorismo para jovens lideranças. Sócio Proprietário Pearson Consultoria e Gestão Estratégica - Belo Horizonte, MG de Janeiro/2018 até Agosto/2019; Sócio Proprietário Pearson Consultoria e Gestão Estratégica - Belo Horizonte, MG – Maio/2014 – Novembro/ 2016; Sócio Proprietário ArteClube Comunicação - Belo Horizonte, MG – Janeiro/ 2015 – Novembro/ 2016;
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	

i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	1%
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	
a. nome	Fernando Sharlack Marcato
b. data nascimento	04/02/1977
c. profissão	Advogado
d. CPF ou passaporte	265.227.628-03
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	Sim – IBGC/ DJSI
l. número de mandatos cumpridos	1
m. Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>2020-actual: Secretaria do Governo do Estado de Minas Gerais – Secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade no Governo do Estado de Minas Gerais.</p> <p>2012-actual: Fundação Getúlio Vargas – Professor do curso de graduação na área de Direito Público e coordenador do Grupo de Estudos em PPPs, Concessões e Privatizações da Escola de Direito de São Paulo. Foi também Coordenador Acadêmico do primeiro Curso de especialização latu sensu sobre Direito da Infraestrutura, tendo organizado cursos da mesma natureza para a Procuradoria Geral do Estado da Bahia e a Associação Brasileira de Concessões Rodoviárias.</p> <p>2011-2020: GO Associados – Sócio fundador de consultoria especializada em infraestrutura e projetos multidisciplinares com foco na modelagem jurídica, econômico-financeira e técnica de PPPs, Concessões e Privatizações.</p>
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	78%
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna	
a. nome		
b. data nascimento		23/02/1977
c. profissão		Comunicação Social
d. CPF ou passaporte		016.833.347-36
e. cargo eletivo ocupado		Conselheira Fiscal
f. data de eleição		29.04.2022
g. data da posse		29.04.2022
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Sim – IBGC/ DJSI
l. número de mandatos cumpridos		1
m. Informações sobre:		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.		Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais Subsecretária de Estado de Educação do Rio de Janeiro
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	50%	

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Elizabeth Jucá e Mello Jacometti
a. nome	
b. data nascimento	08/07/1960
c. profissão	Economista
d. CPF ou passaporte	454.965.956-49
e. cargo eletivo ocupado	Conselheira Fiscal
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	Sim – IBGC/ DJSI
l. número de mandatos consecutivos	2
m. Informações sobre	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Secretária de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais desde 2019; Conselheira Fiscal da Minas Gerais Participações –MGI desde 2019; Servidor Público pela Prefeitura de Juiz de Fora, Técnico de nível superior III, de 1982 até 2018; Professora pela Faculdade Vianna Júnior desde 2008; Professora pelo Núcleo de Assessoramento, Treinamento e Estudos em Saúde da Universidade Fed, NATES/UFJF desde 2008.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Fernando Passalio de Avelar	
a. nome		
b. data nascimento		02/09/1979
c. profissão		Administrador de empresas
d. CPF ou passaporte		027.397.026-71
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro Fiscal
f. data de eleição		29.04.2022
g. data da posse		29.04.2022
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Sim –DJSI
l. número de mandatos cumpridos		1
m. Informações sobre:		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.		Secretário de Estado Adjunto de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais desde 2019; Subsecretário de Desenvolvimento Regional em 2019; Responsável pela governança em segundo nível das ações do IDENE coordenando as ações junto ao atual Diretor-Geral e Superintendente de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativismo de 2011 a 2016.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	1%	

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	
a. nome	Michele da Silva Gonsales Torres
b. data nascimento	25/11/1983
c. profissão	Advogada
d. CPF ou passaporte	324.731.878-00
e. cargo eletivo ocupado	Conselheira Fiscal
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	Sim – IBGC/DJSI
l. número de mandatos cumpridos	1
m. Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	-Membro da Comissão de Compliance do Instituto dos Advogados de SP-IASP; -Membro da Comissão de Compliance da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB/SP; - Membro do Conselho Fiscal da Cemig- 2018/2019 e 2020/2022; - Membro do Conselho Fiscal da Light- 2019/2021; - Membro do Conselho Fiscal da Petrobras-2021/2022.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Suplente de Conselho Fiscal Light S.A.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários ²⁵ , informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Ronaldo Dias
a. nome	
b. data nascimento	09/12/1946
c. profissão	Contador
d. CPF ou passaporte	221.285.307-68
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	Sim – IBGC/DJSI
l. número de mandatos consecutivos	2
m. Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Banco Clássico S.A. – Atualmente Auditor Interno e Diretor; Banco Clássico S.A. – Gerente Administrativo do Fundo Dinâmica Energia Membro Suplente do Conselho Fiscal da CEG, mandato com término em abril/2016 Membro Efetivo do Conselho Fiscal da CEMIG desde 2019
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	86%
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável

<p>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>	
<p>a. administradores do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>	
<p>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</p>	<p>Não</p>
<p>b. controlador direto ou indireto do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</p>	<p>Não</p>

12.5	João Vicente Silva Machado
a. nome	
b. data nascimento	08/06/1983
c. profissão	Advogado
d. CPF ou passaporte	043.915.559-21
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	
l. número de mandatos consecutivos	0
m. Informações sobre	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Assessor jurídico em gabinetes da Primeira Câmara de Direito Público de novembro de 2007 a fevereiro de 2012; Assessor Correcional na Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina, de março de 2012 a fevereiro de 2014; Secretário Jurídico, cargo de chefia de Gabinete de Desembargador da Terceira Câmara de Direito Público do TJSC, de março de 2014 a outubro de 2015; Oficial de Gabinete, cargo de chefia, de Gabinete de Desembargador da Terceira Câmara de Direito Comercial do TJSC, de novembro de 2015 a fevereiro de 2017 e, desde então, assessor jurídico em gabinete de membro da Quarta Câmara de Direito Público do TJSC até julho de 2020; Em julho de 2020, exerceu cargos de Diretoria em empresas privada, além da advocacia empresarial, com foco em Governança Corporativa.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Membro do Conselho Fiscal da Eternit S.A. (2020-2022); Membro suplente do Conselho Fiscal da Tecnisa S.A. (2019-2020).
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	
a. nome	Ricardo José Martins Gimenez
b. data nascimento	25/12/1967
c. profissão	Advogado
d. CPF ou passaporte	103.381.768-61
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	
l. número de mandatos consecutivos	0
m. Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	- Sócio patrimonial na ALFM – Alves Ferreira & Mesquita Sociedade de Advogados, desde julho de 2015, atuando como Advogado, Administrador e Financeiro, na Gerencia do RH; Controle do Ponto; Demissão e Admissão; - Administração financeira, folha de pagamento, controle do faturamento, contas à pagar e fluxo de caixa.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não